



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 14ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 1º Período da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, realizada no dia 12 de maio de 2015. _____

1

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, **sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti**, realizou-se a Décima Quarta Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Primeiro Período da Terceira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quatorze horas e quinze minutos, ocasião em que foi constatada a ausência do Edil Alexandre Andreza Macedo. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Rodrigo Pereira Costa fez a leitura da passagem bíblica. / **David Alberto Lóss, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, peço que seja observado um minuto de silêncio pelo falecimento do Herval Mucelini, diretor da Viação Real, que ocorreu ontem. Ele tinha setenta e um anos de idade e será sepultado hoje, às 15:30 horas, no Cemitério Parque, no Bairro IBC. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acatado. / A seguir, foi observado um minuto de silêncio, conforme solicitado. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 840/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 841, 842 e 887/2015 – Delandi Pereira Macedo; 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860 e 861/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 862/2015 – Brás Zagotto; 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872 e 873/2015 – José Carlos Amaral; 874 e 875/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 876 e 877/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 878, 879, 880, 881, 882 e 888/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; 883, 884, 885 e 886/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 889, 890 e 891/2015 – Lucas Moulais. **Requerimentos:** 617, 618 e 629/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 619/2015 – Brás Zagotto; 620, 621, 622, 623, 624, 625 e 626/2015 – José Carlos Amaral; 627, 628 e 686/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 680, 681, 682, 683, 684, e 685/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 641/2015 – Fabrício Ferreira Soares; 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678 e 679/2015 – Delandi Pereira Macedo. **Ofícios:** 109/2015 – Sindicato dos Médicos do Estado do Espírito Santo – Dr. Otto Fernando Baptista – Presidente; 226/2015 – PMCI – Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim; 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559 e 560/2015 – PMCI – Umberto Batista da Silva Júnior – Coordenador Executivo de Relações Políticas; 34748/2015 – União Cachoeirense de Negros; 34769, 34770 e 34803/2015 – Ministério da Educação. **Projetos de Lei:** 83/2015 – Brás Zagotto; 84, 85, 86,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2

87, 88, 89 e 90/2015 – Lucas Moulais; 91/2015 – Poder Executivo; 92, 93, 94, 95 e 96/2015 – David Alberto Lóss. **Projetos de Decreto Legislativo:** 72, 73 e 78/2015 – Delandi Pereira Macedo; 74 e 76/2015 – Lucas Moulais; 75 e 77/2015 – Fabrício Ferreira Soares; 79 e 83/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; 80, 81 e 82/2015 – Rodrigo Pereira Costa. **Recurso ao Plenário:** 01/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Neste momento, vamos ouvir o Delegado de Crimes Contra a Vida, Dr. Guilherme Eugênio Rodrigues, que fará uma explanação sobre segurança pública e sobre um projeto de autoria do companheiro Brás Zagotto, no tempo de dez minutos, cedidos pelo citado vereador. / **Guilherme Eugênio Rodrigues:** — Boa-tarde a todos! Eu comecei a trabalhar como delegado de polícia em 2007 e, desde 2008, venho me dedicando a apuração de crimes dolosos contra a vida, como homicídios, abortos, infanticídios e atos de instigação, induzimento e auxílio a suicídio, mas, nesse ínterim, vi-me obrigado a atuar em outros casos também. Eu me encontrei com o Vereador Brás na delegacia, de forma causal, e ele relatou a sua preocupação com a prática de crimes violentos, inclusive homicídios praticados por motociclistas e passageiros desse tipo de veículo. O vereador explanou sobre a necessidade de que algo fosse feito para dificultar esse tipo de ação. Conversando com o vereador, lembrei-me de uma política de segurança, implantada em Bogotá, na Colômbia, que surtiu um efeito muito positivo. Essa política é a identificação dos motociclistas por meio da fixação de placas nos capacetes. Na ocasião, comentei com o vereador que tinha grandes dúvidas quanto à constitucionalidade disso e se conseguiríamos sustentar, do ponto de vista jurídico, uma lei nesse sentido. Do ponto de vista daquilo que interessa à segurança pública, não tenho dúvidas de que uma medida dessa natureza traria ótimos frutos. Temos um grande número de homicídios dolosos e tentativas de homicídios praticados por pessoas que buscam impunidade através da utilização de motocicletas e capacetes com insulfilm e outros tipos de películas espelhadas na viseira. Essa é uma prática em todo o Brasil, e, em Cachoeiro, a regra é a mesma. Esse veículo e camuflagem não são empregados exclusivamente para a prática de homicídios, mas também para a maioria dos roubos consumados e tentados, além de para quase todo tipo de crime ocorrido em nossa cidade. Essa é uma prática que, de alguma forma, temos que combater. Não tenho dúvida com relação à eficácia prática do assunto; agora, quanto à viabilidade jurídica, não sei, já que o Município não legisla em cima dessa questão. Em princípio, compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte, mas observamos que há anos, em São Paulo, o Município consegue sustentar a lei que disciplina o rodízio de veículos automotores. Acredito que aquilo que é inserido na competência privativa da União seja discutível. Se o nosso Município vier a implantar uma legislação dessa natureza e conseguir sustentá-la, como operador da segurança, acredito que teremos um grande avanço. Talvez, o maior desafio não se dê nesta Casa, e sim junto ao Poder Judiciário, mas ele está aí para ser vencido. O Município de São Paulo conseguiu implantar o rodízio de veículos e, talvez, consigamos implementar uma medida como essa aqui. Parece-me que em Manaus a lei continua em vigor. Fiz uma pesquisa junto ao Google e observei que há um projeto no Rio de Janeiro no mesmo sentido, mas não tenho notícia da efetiva aprovação do mesmo. Quanto ao mérito da lei, não tenho muito a expor, mas digo que uma restrição nesse sentido traria grandes avanços para a segurança. É indubitável que enfrentaríamos uma resistência muito

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3

grande por parte da OAB e de todos os demais entes com legitimidade para questionar a constitucionalidade da lei. Às vezes, tenho a impressão de que o que é inconstitucional não é e que isso varia de acordo com a conveniência. Os conceitos constitucionais são abertos e vagos, e deparo-me com situações tidas como válidas, quando, em princípio, não seriam. Parece que constitucional é aquilo que o Poder Judiciário entende que é; então, acho que há esperança. A melhor parte de tudo isso é o que me fez ter prazer em aceitar o convite para vir aqui foi a percepção de que os nossos vereadores, especialmente o Brás Zagotto, encontram-se preocupados com o tema segurança pública. Lamentavelmente, o nosso pacto federativo atribui muitas competências à União, deixando aos Estados e Municípios um espaço pequeno para tratar questões sensíveis a nossa sociedade, principalmente no que diz respeito à segurança pública, tolhendo os vereadores e deputados estaduais mais próximos da nossa realidade que poderiam interferir de forma positiva nesse tema. Quase tudo não é tudo. Fiquei contente com a percepção de que a Câmara e o Vereador Brás Zagotto vêm se empenhando para a solução de um problema que hoje é tido como o maior obstáculo à realização da sociedade. Saúde, educação e segurança sempre estão entre as questões mais sensíveis da sociedade. Independente de conseguirmos levar essa medida adiante, essa preocupação nos abre espaço para o debate de outros temas relacionados à segurança, como, por exemplo, regras de funcionamento dos estabelecimentos bancários e comerciais, questões sobre as quais o Município tem condições de legislar. Eu me sinto vulnerável em um terminal eletrônico, porque os procedimentos realizados são visualizados por quaisquer pessoas que se encontram no local. Talvez, algumas medidas poderiam minimizar esse impacto negativo e a vulnerabilidade do correntista, como a colocação de um biombo de baixa altura para que se possa perceber a presença de alguém, e não deixar à mostra o valor que está sendo sacado. Em Cachoeiro, cerca de 20% dos homicídios ocorrem sob efeito de álcool; então, o Município poderia regradar o horário de funcionamento de estabelecimentos que vendem álcool. Embora o Município não possa legislar em cima de tudo o que deveria fazer em prol da segurança pública, ele tem um papel importante e decisivo a ser bem explorado, de maneira a trazer bons frutos para a população. Na atual conjuntura, as Polícias Civil e Militar se reúnem mensalmente em busca de soluções para os problemas que mais afetam a segurança pública. Temos uma reunião com um grupo chamado GGIM, integrado pelo prefeito. Um problema que vem sendo tratado há muito tempo sem sucesso, no qual acredito que os senhores possam interferir de forma positiva, é o socorro às vítimas de atos de violência em Cachoeiro. Não sei se os senhores sabem, mas, hoje, quando uma pessoa é vitimada por um ato de violência, via de regra, o 190 é acionado, sendo que esse sistema, lamentavelmente, é em Vitória, sem discutir o mérito de que o atendente não consegue identificar a nossa localização. Temos ainda problemas mais graves devido a carências estruturais e organizacionais. Quem comparece ao local de um ato de violência é a Polícia Militar, pois o Corpo de Bombeiros não é acionado de imediato pelo Centro Integrado, o CIODES. A princípio, uma viatura da Polícia Militar é enviada ao local e é constatado o evento e, em seguida, o Corpo de Bombeiros é acionado. No exercício das minhas atribuições, apurando esses homicídios, constato que muitas vidas são perdidas nesse ínterim. Não entendo as questões políticas que nos levaram a perder o SAMU, importante ferramenta de preservação da vida. Com os recursos atuais, ainda

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4

enfrentamos grandes dificuldades com relação a esse tema. Há alguns meses, esse assunto foi levado a uma das reuniões realizadas entre a Polícia Militar e a Civil e foram convocados o Corpo de Bombeiros e o CIODES para tratar disso. Eles se prontificaram a fazer uma modificação que ainda não foi implementada. Na última reunião do GGIM, Gabinete de Gestão Integrada Municipal, presidida pelo nosso prefeito, esse tema foi levantado, e o comandante do Corpo de Bombeiros expôs inúmeras dificuldades que enfrenta devido às restrições orçamentárias dos órgãos estaduais. Junto ao GGIM, estamos tentando resolver essa situação para que o socorro seja prestado mais rapidamente. O Corpo de Bombeiros de Cachoeiro dispõe de poucos recursos para a prestação de socorro, mas o prefeito já esclareceu que o Município tem alguma verba que pode ser empregada. Então, ficou decidido que é necessário articular melhor os escassos recursos disponíveis. O Município dispõe de cinco ambulâncias com técnico de enfermagem e motorista, o que não é o socorro ideal, mas qualquer coisa é melhor do que ficar parado na rua, aguardando por trinta minutos ou mais. O que me levou a reacender a vontade de resolver o problema foi o caso ocorrido no Bairro Nossa Senhora da Penha, quando dois cidadãos de capacetes, com insulfilm, a bordo de uma motocicleta, mataram uma pessoa com disparo de arma de fogo, e o CIODES foi acionado por quatorze vezes, num intervalo de quinze minutos, sendo destacado que a vítima ainda estava com vida. Alguns populares levaram sombrinhas e toalhas para proteger a vítima do sol, e, quando a Polícia Militar chegou ao local, constatou a “veracidade do informe”, termo utilizado pelos militares. A vítima estava em estado agonizante, e a PM acionou o Corpo de Bombeiros, que providenciou o socorro, mas a pessoa, lamentavelmente, veio a óbito. Essa é a nossa realidade, e os dois temas por vezes se encontram. Muitas vidas estão sendo perdidas. No ano passado, um cidadão de bem morreu depois de aguardar socorro por quarenta minutos. Na época, fiquei muito sentido, porque ele morreu menos de duas horas depois de sair da minha sala, quando ele foi ouvido e reclamou que estava sendo ameaçado pelo genro, que já havia matado várias pessoas. Na ocasião, vivíamos uma dificuldade muito grande com o Judiciário, que negava todos os pedidos de prisão. Não conseguíamos prender ninguém em Cachoeiro por homicídio nem por tráfico. Hoje, isso não ocorre mais. Depois de reclamar pela terceira vez da iminência da morte, esse cidadão foi ferido, aguardou socorro por quarenta minutos e morreu de anemia. Eu me coloco à disposição tanto da Câmara quanto da sociedade civil para o debate de qualquer questão que esteja relacionada à segurança pública e predominantemente à minha área de atuação, que é a apuração de homicídios. Acho que os senhores têm um poder muito expressivo na mão. Ainda que se entenda que nos falta competência legislativa, os senhores têm condições de se dirigirem à bancada federal. Acredito que toda pressão social começa no Município. Ninguém mora no Estado, e sim no Município. Portanto, essa pressão pode partir daqui. Acho importante que o projeto seja aprovado, mas, se não for, ainda haverá muito a fazer. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Dr. Guilherme, quero parabenizá-lo pela explanação. O projeto do Vereador Brás é muito importante. Eu sempre lutei pelos projetos dos vereadores, independente de sua legalidade. Acho que a Câmara Municipal deve votar o projeto do Vereador Brás, porque a única coisa que pode dar é uma ADIN, mas a Câmara vai mostrar o seu posicionamento sobre o que está ocorrendo em Cachoeiro. Todos os dias ocorrem roubos praticados por pessoas

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5

usando capacete em comércios e em postos de gasolina. Vereador Brás, pode contar com o presidente, pois apoio esse projeto e tenho certeza de que todos os colegas também o farão. Com certeza, vão ocorrer debates, mas quem ganhará com isso será a sociedade cachoeirense. / **Brás Zagotto:** — Quero agradecer ao Dr. Guilherme por ter vindo a esta Casa. Fiz esse projeto, porque estou preocupado com a segurança pública de Cachoeiro, assim como os demais vereadores. Há poucos dias, falei aqui sobre o assalto ao Supermercado Targa, no Bairro Vila Rica. Eu cheguei logo após o assalto e disse que seria fácil resolver o caso, porque havia duas câmeras, que filmaram o cidadão que assaltou o supermercado. A moça que trabalha no estabelecimento disse que não adiantava, porque nada era resolvido. A nossa legislação é fraca; se o bandido é preso, no outro dia, já está na rua novamente. Os mesmos bandidos voltaram ao supermercado na semana seguinte e, além de roubar, ainda deram um tiro na cara do Sr. Domingos, mas, graças a Deus, ele se virou, e a bala pegou no pescoço. Logo depois, ocorreu um assalto em uma farmácia no Bairro Amarelo, quando um policial foi atingido. A maioria desses assaltos é cometido por motociclistas com uma pessoa na garupa, que não se importa em matar. Eu estava preocupado com essa situação e, na conversa com o Dr. Guilherme, surgiu a ideia da placa no capacete. Será um adesivo com dez, doze centímetros com o número da placa da moto. Se o motociclista roubar, o número da placa da moto será filmado, sendo possível conseguir, junto ao Detran, levantar a quem pertence o veículo. Peço o apoio dos vereadores a esse projeto. O Dr. Guilherme falou sobre inconstitucionalidade, mas vamos votar o projeto primeiro e ver o que precisará ser feito para que a lei entre em vigor. Com certeza, esse projeto vai ajudar diminuir os casos de assaltos e homicídios em Cachoeiro de Itapemirim. / **Alexandre Bastos Rodrigues:** — Quero parabenizar o Dr. Guilherme e o Vereador Brás, que trocaram ideias, culminando na elaboração desse projeto, que é muito importante. Tenho uma fábrica de pães, no Bairro Coronel Borges, e a maioria dos funcionários tem moto. Na semana passada, chegou um pessoal de carro e viu a moto do Sr. José Nildo parada no canto da pracinha. Desceram dois cidadãos do carro com capacete na mão e foram para o lado da moto como se fosse deles. Uma pessoa notou essa movimentação, gritou, os cidadãos correram e não roubaram a moto. Se tivesse a placa da moto no capacete, os bandidos ficariam mais inibidos; então, votarei a favor do projeto. O colega Brás já permitiu que os vereadores que quiserem assinem o projeto, e eu vou assinar. Dr. Guilherme, a tribuna desta Casa, que é do povo, é o lugar certo para o senhor falar sobre a segurança pública, um dos problemas que mais afetam a vida da população. Parabenizo-o pelo interesse e disponibilidade. Pode contar comigo. / **Delandi Pereira Macedo:** — Quero parabenizar o Vereador Brás pela iniciativa e o ilustre delegado pelo brilhante trabalho que tem feito em nossa cidade. Ressalto que ouvi o secretário Estadual de Segurança Pública parabenizar o Dr. Guilherme pelo seu trabalho em Cachoeiro. / **Guilherme Eugênio Rodrigues:** — Na ocasião em que o Dr. André esteve aqui, ele destacou que o índice de apuração de homicídios em Cachoeiro de Itapemirim é o maior do Estado e um dos melhores do Brasil. Desde 2012, temos um índice de apuração que gira em torno de 90%, inclusive chegamos a ultrapassar esse percentual. Na medida em que o tempo passa, o índice de apuração de homicídios de anos anteriores cresce. Ontem, por exemplo, a Justiça decretou a prisão do autor de um homicídio em 2010. Em 2011, o índice de apuração foi de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

94%; em 2012, de 92%; em 2013, de 91%. Como ainda há esperança de que alguns desses crimes ocorridos em datas pretéritas sejam apurados, o nosso referencial está sempre passando de 90%, após o primeiro semestre do ano subsequente. Quando terminou o ano de 2014, tínhamos apenas 74% de apuração dos homicídios, mas, agora, já chegamos a mais de 80% e certamente, daqui a alguns meses, teremos mais de 90% referentes ao ano passado. Foi isso o que causou o reconhecimento do secretário de Segurança Pública. / **Delandi Pereira Macedo:** — Por isso, quero lhe parabenizar e desejar que continue assim. Mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas na polícia em matéria de estrutura, o senhor tem conseguido avançar. Parabéns pelo trabalho que vem realizando à frente daquela delegacia! / **Guilherme Eugênio Rodrigues:** — Agradeço-lhe e gostaria de estender o elogio a toda a equipe daquela delegacia, formada por oito policiais, entre escrivães, agentes de polícia e investigadores. / **Ely Escarpini:** — Quero parabenizar o Vereador Brás pelo projeto e o delegado pelo excelente trabalho. Acabar com o crime é impossível, mas a ideia de colocar no capacete a placa da moto é importante para pelo menos inibir a ação dos bandidos. O projeto é bom, e acredito que, sendo constitucional, vai ser aprovado, o que será uma bênção para a nossa cidade. A maior dificuldade é identificar os cidadãos que cometem assaltos, usando capacete. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Quero parabenizar o Dr. Guilherme pelo seu destemor, pela sua galhardia no combate ao crime e pelo trabalho que tem feito em Cachoeiro junto com sua equipe. Parabéns também o Vereador Brás pela iniciativa, cuidando das necessidades da nossa população. Em outra ocasião, o colega Brás mandou ofício para o Governo do Estado com relação ao Corpo de Bombeiros. / **José Carlos Amaral:** — Dr. Guilherme, quero parabenizá-lo pelo enfrentamento à criminalidade em Cachoeiro de Itapemirim. Sei que o senhor já investigou e elucidou vários crimes ocorridos nos Bairros Valão e Aeroporto. Senhor presidente, peço que V. Ex.^a solicite ao Jurídico de Casa que dê parecer ao projeto do Vereador Brás, porque a segurança não pode esperar. Ressalvo que muitas leis que existem na esfera federal e estadual não poderiam existir na municipal; entretanto, aquela do selo da agricultura foi criada em nosso Município. Se o Detran achar que não pode ser feito o que o projeto do Vereador Brás solicita, o Município tem como criar uma lei para que a pessoa, ao adquirir uma moto, passe pela Guarda Municipal, a fim de que seja colocado um adesivo com a placa do veículo no capacete. O Município é autônomo no que diz respeito ao trânsito, já que esse setor foi municipalizado. Por uma questão de bom senso, esse projeto pode ser colocado em prática. Pergunto: é melhor o bandido matar ou a prefeitura e a Câmara amenizarem a desgraça de muitas famílias no Município? É melhor amenizar o sofrimento do povo. Acho que inconstitucional é matar e roubar. Infelizmente, no Brasil roubam e, daqui a pouco, quem faz isso está nas ruas. A polícia investiga, descobre o que ocorreu e prende o bandido; depois, aparece um juiz substituto que solta o cara. No Bairro Valão, um traficante foi preso e, no dia seguinte, ele estava solto e ainda fazendo chacota com todo mundo, dizendo: “Podem me prender, porque o meu advogado é bom.” Graças a Deus, o tal juiz substituto foi embora de Cachoeiro, e ele deveria ter ido para a terra do Fernandinho Beira Mar ou para o Japão. Hoje, há juiz sério em nosso Município. Denunciei esse juiz na tribuna da Câmara, e ele disse que eu estava muito atrevido. Eu disse: Doutor, atrevido é o jabá correndo para colocar o cara na rua. Ele respondeu que eu não podia provar o que estava

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7

afirmando. Se depender de mim, o projeto do Vereador Brás será aprovado, pois vai salvar vidas e inibir a bandidagem. O presidente disse que pode entrar com uma ADIN, mas que juiz será contra um projeto que vai salvar vidas? Só se ele fizer parte do lado do crime também. Um juiz de bom senso, que preza o seu cargo e quer o bem da sociedade, não vai dar liminar contrária a uma lei como essa, e sim vai adiantar para que ela entre em vigor o mais rápido possível, pois terá menos dor de cabeça. / **Guilherme Eugênio Rodrigues:** — Se um juiz der uma liminar contra essa lei, que ele seja o primeiro a ser assaltado quando sair do fórum. / **José Carlos Amaral:** — Isso já aconteceu em Cachoeiro com um magistrado. Dr. Guilherme, pode contar comigo no que for preciso. Eu não tenho medo de enfrentar essa gente, pois já citei nome de traficante e de bandido da minha região na tribuna da Câmara. Se eu morrer, morrerei feliz, porque estou zelando pela sociedade. Se o prefeito vetar um projeto como esse, ele vai mostrar que quer o crime dentro da nossa cidade, e tenho certeza de que ele não quer isso. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Quero parabenizar o Vereador Brás pela ideia, que é pertinente diante do que vivemos, inclusive o colega já havia comentado comigo sobre o assunto. Dr. Guilherme, parabeno-o e a sua equipe e digo-lhe que fui testemunha ocular do excelente trabalho de vocês durante o tempo em que estive na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através das reuniões do GGIM. Vocês enxugavam o gelo, não dando tempo de fazer poça. O Dr. Guilherme e o outro delegado por várias vezes reclamaram sobre as questões de mandados e outras coisas pertinentes à Justiça. Atualmente, quando vemos dois cidadãos em uma moto já ficamos gelados. Hoje, vi dois caras em uma moto sem placa, andando pela contramão. Creio que esse projeto será pertinente e vai somar com todas as outras iniciativas que, tanto os entes da segurança quanto nós, do Legislativo, temos tentado fazer para melhorar o setor. Parabeno novamente o Vereador Brás, o Dr. Guilherme e sua equipe. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Fico satisfeito por conhecer o Dr. Guilherme pessoalmente. Quero dizer ao senhor que, como o vereador não pode desanimar com a política, o policial também não deve desanimar com a sua profissão. O senhor tem trabalhado com seriedade, o que é importante para o povo. Gostaria de parabenizá-lo pelo seu trabalho, mesmo sabendo que a dificuldade é enorme, já que não tem tudo o que é necessário para realizá-lo; porém, o senhor tem o mais importante, que é a boa vontade. Então, Cachoeiro agradece o trabalho que tem prestado a nossa cidade. Espero que o senhor não saia de Cachoeiro tão cedo, porque, quando se trabalha bem, logo é retirado daqui. O Presidente Júlio falou em votar o projeto, independente de sua constitucionalidade ou não, mas digo que devemos procurar proteger a proposta. Dr. Guilherme, o senhor sugeriu que seja feito um projeto para tentar proteger o cidadão que usa o caixa eletrônico, e fico triste, porque a prefeitura não age, já que existe uma lei em Cachoeiro nesse sentido. Eu fiz uma lei para que sejam colocados biombos nos caixas eletrônicos. Há bancos que até hoje ainda não colocaram os biombos nem dentro da agência, e a prefeitura tinha cento e oitenta dias para fiscalizar isso, o que não ocorreu. A Caixa Econômica e o Banestes já colocaram os biombos. Fiz essa lei há três anos, e foi a primeira nesse sentido aprovada no Espírito Santo; fora daqui só havia no Paraná. O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro veio buscar o projeto nesta Casa de Leis para implantá-lo naquele Estado. Infelizmente, aqui a prefeitura não fiscaliza o cumprimento dessa lei. Vereador Brás, V. Ex.^a pode contar com o meu voto. / **Osmar da Silva:** — Dr.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8

Guilherme, quero parabenizá-lo pelo trabalho sério que vem realizando em Cachoeiro. Nem todo mundo faz um bom trabalho, já que a polícia tem dificuldade por falta de ferramentas e de homens sérios. Eu estive na Delegacia Patrimonial e vi a dificuldade daquele órgão, que só tem três homens para cuidar de todo o Município de Cachoeiro. O projeto que o Vereador Brás apresentou é muito bom. Na minha empresa, tenho os selos federal, estadual e municipal. Quando se trata de produto de saúde, digo que é muito difícil aprová-lo. Quando se envia um processo para Brasília, ele fica lá por três, quatro anos até que se consiga o registro do produto. O ex-prefeito Valadão criou o selo municipal, o Rota Sul. A Vigilância Sanitária Estadual começou a apreender o produto com esse selo. Aí, o pessoal de Vitória veio para cá e viu que realmente o Município de Cachoeiro havia criado o selo municipal. No setor de saúde há os selos federal, estadual e municipal. Eu tenho produtos registrados nas três esferas. Várias pessoas que não iriam conseguir os selos estadual e federal conseguiram o municipal. Acredito que esse projeto apresentado pelo colega Brás será muito bom para a sociedade do nosso Município, porque vai protegê-la. Vereador Brás, pode contar com meu voto, pois estou aí para apoiar esse projeto. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Quero saudar o Dr. Guilherme e parabenizar o Vereador Brás pelo projeto. Na semana passada, o colega Brás me mostrou o projeto e me perguntou se era bom. Eu disse para tocar a proposta, porque era interessante. A mídia mostra que há uma epidemia de assaltos e assassinatos, sendo que os bandidos estão utilizando motos para cometer esses crimes. O projeto do Vereador Brás vai ajudar a diminuir muito a onda de crimes em Cachoeiro praticados por motociclistas. Então, parabeno o Dr. Guilherme que ajudou o Vereador Brás na elaboração desse projeto. A sua vinda a esta Casa é importante, porque é um técnico que mostra o valor dessa matéria. Eu havia pensado em acabar com o uso do capacete no perímetro urbano, o que, talvez, impediria os assaltos e assassinatos, mas acho que isso é impossível de ser aprovado. Vereador Brás, pode contar com o meu voto. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Quero saudar o Dr. Guilherme e agradecer-lo pela presença na Câmara. Esse diálogo com os vereadores é importante e fortalece a integração e interação entre os Poderes. Parabeno-o pelo trabalho que tem feito em Cachoeiro, em uma área complexa que é a da polícia. Se não estiver bem calçado e estruturado, é possível que o trabalho não saia à altura do que merece a nossa sociedade. Cachoeiro tem sido destaque no combate ao crime de uma forma geral, inclusive ao organizado. Quero dizer ao Vereador Brás que eu jamais votaria contra um projeto como esse, mesmo sabendo que ele poderá ser considerado inconstitucional, porque quem legisla sobre o trânsito é o Contran e o Detran, departamentos específicos que cuidam dessas questões. A natureza desse projeto é muito importante para a nossa sociedade. Mesmo que ele seja polêmico, precisamos dar o pontapé inicial, e o Vereador Brás está fazendo isso com muito altruísmo; então, parabéns pela iniciativa. Espero que os Poderes constituídos, que têm a capacidade de colocar essa matéria em prática, façam isso. O Vereador Luisinho citou o caso de uma lei de sua autoria que não é cumprida, e isso não me assustou, porque também tenho uma que não é. A lei de minha autoria faz a ratificação e acrescenta pontos a uma legislação do ex-vereador Moulon, obrigando os motociclistas a retirarem o capacete antes de adentrarem em postos de gasolina, condomínios e comércios em geral. Porém, ainda não vi essa lei funcionar na prática. Sei que, para as polícias atuarem, devem estar amparadas

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

legalmente. Então, uma lei como essa dá sustentação para que as polícias possam agir. Espero que, com a aprovação do projeto do Vereador Brás, as polícias tenham condições legais de exercerem com segurança e tranquilidade o seu trabalho. Parabéns ao Vereador Brás e à polícia, na pessoa do Dr. Guilherme, pelo trabalho que vêm fazendo em Cachoeiro. Que a união de esforços possa dar resultados positivos para a nossa sociedade. Que Deus os abençoe! / **Guilherme Eugênio Rodrigues:** — Quero agradecer a recepção e eu não esperava que o tema fosse tão bem aceito aqui, o que me surpreendeu bastante. As resistências que venham a existir serão naturais. O medo de perder não pode nos impedir de entrar na luta. As perdas que teríamos, na pior das hipóteses, seriam mínimas, como bem destacou o presidente. Ainda que não desse certo, o assunto está sendo discutido, e isso abre espaço para que outras possibilidades sejam encontradas. Acho que vai dar certo, e por determinada fase haverá um questionamento muito intenso, e, talvez, a Guarda Municipal possa ser envolvida na fiscalização disso. Outro problema da segurança que o Município pode resolver é com relação aos estabelecimentos bancários, que não têm vídeo monitoramento externo, e sim apenas no interior das agências. Quando ocorreu a fatalidade da perda da vida de um homem de bem dentro do Banestes, foi muito difícil apurar a autoria daquele crime, porque um simples boné tirou a eficácia do circuito de vídeo monitoramento daquele banco. A meu ver, parece que os bancos só se preocupam com o dinheiro deles, pois a câmera capta o valor sacado, a movimentação realizada, mas não tem qualidade e o posicionamento correto para captar o rosto de quem pratica um crime dentro da agência. Contamos com a ajuda de Deus para desvendar aquele crime. Os bancos não querem colocar câmeras do lado de fora, achando que vão se esquivar da responsabilidade civil, se alguém for roubado na porta das agências. Por três vezes tentei obter imagens junto a estabelecimentos bancários e fui informado que não monitoram as ruas. Eu mesmo pretendo monitorar a rua que dá acesso a minha casa, mas os bancos não têm essa preocupação. A maior luta da minha carreira até hoje é que seja feito um projeto de preservação de testemunhas, o que depende de aprovação parlamentar federal. Os senhores vereadores são formadores de opinião e têm acesso à bancada federal, então, peço-lhes que lutem por isso. A duras penas esse projeto foi levado à condição de instrução normativa do Tribunal de Justiça, mas o meu sonho é que isso se torne uma previsão legal. No ano passado, os deputados e senadores do Espírito Santo foram entrevistados pelo Jornal A Tribuna a respeito desse tema, e todos manifestaram interesse pela aprovação de uma lei assim, mas, até o momento, nenhum deles teve a iniciativa de apresentar um projeto nesse sentido. A minha esperança é que os senhores possam conhecer o assunto, porque a preservação de testemunhas no Estado e no Brasil ainda é uma piada. Nós enfrentamos uma dificuldade muito grande para obtenção de provas sem a colocação de vidas de outras pessoas em risco. Peço que os senhores nos ajudem, se tiverem condições. Tenho bastante interesse em tratar desse assunto. Se algum dos senhores defende a bandeira da redução da maioria penal e quiser argumentos, tenho bastante e me coloco à disposição para apresentá-los casos de verdadeiros monstros adolescentes que se valem exclusivamente da virtude da inimputabilidade penal para a prática de crimes. Alguns desses adolescentes chegam a falar: “Delegado, eu tinha que matar esses cinco em determinado período, porque, daqui a pouco, não poderei mais matar”. Tenho bastante material disponível, caso os senhores queiram

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

conhecer esses casos para tentar formar uma corrente, visando a melhoria do nosso país. Agradeço a atenção que os senhores me deram, pois nunca tive a oportunidade de vir aqui. Tenho muitos sonhos e gostaria de compartilhá-los com os senhores, que podem colaborar para a realização de alguns deles. Muito obrigado! / **Carlos Renato Lino (Presidente em exercício)**: — Dr. Guilherme, agradecemos a sua presença aqui e colocamos esta Casa à disposição. / Na sequência, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Rodrigo Pereira Costa**: — Boa-tarde a todos! Hoje é 12/05, Dia do Enfermeiro, e fiz requerimentos, enviando votos de congratulação a esses profissionais de todos os hospitais de Cachoeiro. Há treze anos, lutamos pela aprovação do Projeto de Lei 2295, que trata da redução da jornada de trabalho dos enfermeiros para trinta horas. Esse projeto está na Câmara Federal há quase quatorze anos. Infelizmente, por mais que o Sindicato dos Enfermeiros lute, faça mobilização e articule em Brasília junto aos deputados, nada acontece. Pelo tempo que esse projeto está na Câmara Federal e pela “boa vontade” dos deputados em colocá-lo na pauta, vemos que a luta ainda será dura. Espero que um dia os nossos deputados federais e senadores tenham a sensibilidade de colocar essa matéria em pauta, pois é importante para a categoria, já que a jornada do profissional de enfermagem é pesada. Isso porque muitos enfermeiros e técnicos de enfermagem fazem jornada dupla e até tripla, pois ainda cuidam de casa. Os profissionais têm dois empregos, porque o salário é baixíssimo. Infelizmente, isso acaba desgastando e sacrificando o profissional, tornando-se até um trabalho escravo. Tivemos episódios recentes de profissionais de enfermagem que cometeram erros, levando pacientes a óbito, sendo que a justificativa foi a sobrecarga de trabalho. O enfermeiro necessita ter atenção no que faz e se desgasta muito na jornada dupla, sem ter um descanso digno, o que acarreta grande probabilidade de erro, assim como erram os médicos e outros profissionais. Senhores, fica registrada a minha homenagem a essa categoria tão importante no processo do cuidar das pessoas, mas que é superdesvalorizada. Todos os anos as crianças da LBV prestam homenagem a um enfermeiro e, hoje, eu fui o escolhido para ser homenageado. Tive a oportunidade de falar para aquelas crianças e relatei algumas experiências minhas como profissional de enfermagem, que me edificaram muito, nos meus quase treze anos, atuando como técnico de enfermagem e enfermeiro de uma unidade de saúde. Nesse bate-papo com as crianças, pude mostrar a importância do técnico de enfermagem e do enfermeiro dentro de um hospital e como essa profissão ainda é desvalorizada em nosso país. No Brasil, somos mais de um milhão de profissionais de enfermagem, sendo uma classe importante e forte, mas que precisa se articular. Ela cuida de cada brasileiro, do Oiapoque ao Chuí. Ainda faltam valorização, respeito e dignidade para que a categoria trabalhe com mais alegria e satisfação. Quando isso ocorrer, quem vai ganhar serão os pacientes que passam pelas mãos desses profissionais. Registro o meu amor, a minha alegria e satisfação de ser enfermeiro. Tenho um orgulho muito grande de ter feito a faculdade de enfermagem e de ter atuado como enfermeiro. Hoje, eu não atuo nessa profissão, mas a minha paixão pela enfermagem é muito grande. No dia em que eu tiver que retornar a minha profissão, será um grande prazer, e digo que me dedicarei ao máximo como sempre fiz, sendo o melhor profissional possível dentro das instituições. Espero que, no futuro breve, os projetos que estão tramitando em Brasília sejam aprovados. Que os nossos deputados, senadores e a

10

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11

nossa presidente tenham mais sensibilidade e respeito, valorizando esse profissional tão importante, assim como são também os médicos, os fisioterapeutas e outros dentro dos hospitais e unidades de saúde. Que Deus nos abençoe. Muito obrigado! / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Boa-tarde a todos! Pedi vista ao Projeto de Lei 57/2015, que trata do cemitério, o qual li hoje pela manhã e tive dificuldade de entender três pontos; assim, fiz um pedido de informação para entender melhor as questões. Eu não quero votar esse projeto de qualquer maneira, e sim bem calçado e em uma situação confortável. Muito obrigado! / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Boa-tarde a todos! Hoje, quero falar sobre um projeto que será protocolado daqui a pouco, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias ou permissionárias dos serviços públicos de abastecimento de água e tratamento de esgoto e de transporte coletivo de passageiros disponibilizarem, em suas páginas na internet, sites eletrônicos, todos os documentos relacionados à concessão, à permissão dos serviços por elas explorados. A lei já define que esses documentos são o edital de licitação com todos os seus anexos, o contrato assinado com o Município, os aditivos contratuais, o eventual plano municipal ou equivalente que estabeleça metas relativas à ampliação de serviços e controles, os estudos técnicos, as atas de reuniões que embasem eventual necessidade de revisão contratual para promover o equilíbrio econômico do contrato ou as necessidades previstas no item anterior, o dispositivo legal autorizativo de qualquer reajuste previsto nos documentos anteriormente mencionados, a ata da reunião do conselho municipal que avaliou ou autorizou o reajuste, qualquer documento não relacionado nas letras anteriores, mas que alterem ou interfiram em regra estipulada nos documentos precedentes, o não cumprimento e a penalidade estabelecida. Fazendo o levantamento de algumas questões, principalmente relacionadas à tarifa de água e esgoto, senti uma dificuldade muito grande de encontrar documentos que justifiquem o funcionamento, a regra do jogo que está em vigor hoje. Empresas de porte, como a Odebrecht, no setor de água e esgoto, e a Viação Flecha Branca, no transporte coletivo, não têm dificuldade de fazer isso, já que possuem página na internet. Esse tipo de empresa já tem profissionais internos ou contratados para alimentar e atualizar suas páginas. Hoje, digitalizar documentos é bastante fácil, pois basta colocá-los em um scanner, que tudo é feito em questão de segundos. A Lei Orgânica do Município e o Código Tributário, por exemplo, estão disponibilizados no site da prefeitura, assim como o Regimento Interno e outras legislações estão em destaque no da Câmara. Sou advogado e tenho maior facilidade de achar uma determinada lei, mas tive dificuldade para encontrar todo o regramento atual, porque são feitas alterações posteriores, e a atualização não ocorre. Acho importante que o cidadão tenha facilidade de encontrar essa documentação nos sites das concessionárias. Não estou estabelecendo obrigação para o Município nem mesmo para a Agersa, que tem o dever de fiscalizar e fazer cumprir essa lei, caso seja aprovada. O meu projeto não cria nenhuma despesa para as empresas, não ferindo a competência do Executivo nem a constitucionalidade. Essa proposta tem a finalidade de ser útil para a população de Cachoeiro, pois, quando houver uma dúvida quanto ao funcionamento de alguma coisa, estará disponível toda a legislação pertinente, nesse caso, das duas concessionárias: a de transporte e a de água e esgoto. A Odebrecht, por exemplo, fez uma notificação aos consumidores, e foi mencionado o artigo 39123 do regulamento. Onde o cidadão encontra esse regulamento? Eu

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

digitei “regulamento” no site da prefeitura, e apareceu uma lista enorme. Inclusive, quero ressaltar que há pouco tempo indiquei que o Município atualize as legislações, através da procuradoria, porque, quando buscamos uma lei que foi modificada, muitas vezes, ela não está atualizada ou não a encontramos. Eu não encontrei esse regulamento citado na notificação feita pela Odebrecht que, na verdade, está no anexo ao edital de licitação. Quando pedi o edital, esse anexo não veio, e tive dificuldade de compreender, mas consegui chegar lá. Para que o cidadão não enfrente essa dificuldade, fiz o projeto para que seja apreciado pelos colegas vereadores. Também fiz um recurso ao plenário com relação ao Projeto de Lei 58/2015, que dispõe sobre a aplicação de medida administrativa de remoção de veículo em caso de infração de trânsito por estacionamento irregular. Esse projeto recebeu um parecer desfavorável da procuradoria, e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação seguiu o mesmo. Eu fiz o recurso ao plenário, o que está previsto no Regimento Interno, para que os vereadores, que são soberanos, possam avaliar e decidir sobre esse projeto, mesmo com o parecer desfavorável da procuradoria. Senhores, surgiu uma polêmica entre os educadores e advogados com relação ao Programa Escola Sem Partido aprovado aqui. Havia um parecer da procuradoria legislativa pela inconstitucionalidade desse assunto. Na verdade, assim como o juiz não está adstrito a um laudo pericial, o vereador não está adstrito a um parecer, pois pode ter o seu entendimento. Como já disse, entendimentos jurídicos variam, como no caso do Enivaldo dos Anjos e da soltura dos presos da Operação Lava Jato, cujo placar ficou de três a dois. Peço aos colegas vereadores que votem a favor do meu projeto, porque vamos beneficiar a nossa população sem despesa ou ônus para o Executivo. Muito obrigado! / **Carlos Renato Lino (Presidente em exercício):** — Peço ao Vereador Brás que ocupe a presidência, porque preciso tomar um remédio no meu gabinete. Agora, toda vez que eu sair do plenário, vou justificar, pois, do contrário, o jornal publicará uma nota sobre isso. / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Boa-tarde a todos! Quero ser o mais tranquilo possível. Hoje, gostaria apenas de agradecer aos Vereadores Carlos Renato Lino, David, Alexandre Bastos, Maitan, Ely Escarpini, Delandi, Amaral, Osmar, Wilson Dille e Neuza Sabadini, que não está mais aqui, que me deram um voto de confiança, acreditando no meu trabalho e na minha inocência. Eu sempre disse que não havia errado, e, se tivesse, rasgaria o meu paletó e sumiria desta cidade. Eu tinha certeza de que não havia errado. Fiquei afastado desta Casa de Leis por dez meses, sentindo muita vergonha. Sofri muito com a minha família, com o meu filho e a minha esposa. Tenho mais duas filhas e quatro netos. Fui humilhado, pisado e covardemente denunciado por uma pessoa sem crédito nesta cidade, uma moça que pode se dizer que é estelionatária e se apresentava como advogada sem ser. Infelizmente, eu errei colocando-a em meu gabinete a pedido de um amigo, o falecido deputado Glauber Coelho. Essa moça fez uma denúncia infundada e covarde, prejudicando não só a mim, mas também a Dona Luzia, pessoa séria e evangélica, que não merecia passar pelo que passou. A minha esposa é uma mulher simples do interior, que trabalhava na roça para ajudar o pai. Eu vim para a cidade, porque o povo me elegeu e me deu crédito para defendê-lo. Devido a uma forma de fazer política, tentaram me tirar o direito de usar esta tribuna para lutar pelo povo. Eu não venho a esta Casa brigar com ninguém, e sim para lutar,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

defender e cuidar do que é bem público. Sou um vereador de três mandatos. Ganhei três eleições, perdi duas e posso dizer que nunca saí da minha casa para pagar uma cerveja sequer para as pessoas votarem em mim. Costumo brincar e dizer que sou igual ao Juarez, ou seja, se votar em mim, será um prazer, se não votar, paciência. Eu preciso do voto do povo, pois é isso o que dá crédito ao vereador. Lamentei ter ficado afastado desta Casa, mas tenho a consciência de que não envergonhei a Câmara. Vou continuar lutando para que esta Câmara seja uma Casa de respeito e para que um não prejudique o outro por conta de politicagem, de covardia e de injustiça. Uso esta tribuna com muita simplicidade e preciso ser assim. Às vezes, acabo saindo do rumo, porque, quando começo a lembrar das coisas, sinto vontade de agredir, pois eu sabia que não havia feito o que estavam me acusando. Eu tinha que dar satisfação, inclusive peço desculpas se ofendi alguém. Sou um homem católico e deixei de ir a minha igreja, e não foi por vergonha, não, e sim para não ter que falar a mesma coisa muitas vezes. Eu dizia que era inocente e, agora, isso está provado. O Dr. Robson Louzada, que é juiz sério, me absolveu, porque não havia provas. Não quero chatear ninguém. Peço que tenham paciência para comigo, porque passei por um momento muito difícil e ainda me sinto enfraquecido emocionalmente. Há coisa que quero falar, mas não desejo ofender ninguém. Quero sobreviver e desejo que os senhores também sobrevivam. Eu precisava agradecer, em alto e bom som e de público, a esses homens que acreditaram em mim, talvez, os outros não tenham lido bem o processo ou não puderam me ajudar. Preciso agradecer as pessoas que me fizeram esse bem, acreditando em mim e na minha família, porque é da minha pessoa fazer isso. O Vereador Wilson foi muito importante para mim nesse período. O Vereador Amaral foi um pai, um irmão e um amigo, inclusive ele me ajudou financeiramente, assim como também os companheiros Osmar e Ratinho. Eles me ajudaram para que eu pudesse sobreviver, porque não tinha cabeça para trabalhar. Deus é tão grande que, no pior momento da minha vida, Ele me tocou para que eu voltasse para a minha profissão, que era fazer sapato. Sou sapateiro e tenho orgulho disso. Lá fora, as pessoas dizem que os vereadores ganham 10, 12 mil reais por mês, mas o nosso salário é de 4 mil e 900 reais livres, pois temos despesas aqui na Casa, além do gasto com gasolina. Então, não ganhamos aquele absurdo que todo mundo diz. Ninguém tem coragem de subir nesta tribuna para falar quanto ganhamos. Digo que 4 mil e 900 reais é um bom salário. Eu fiz umas contas e vi que ganho a mesma coisa que um pedreiro. Então, o nosso salário não é absurdo. O pedreiro constrói casa, e ela pode cair na cabeça de alguém, mas esta Câmara também tem muita responsabilidade dentro do Município, pois aprovamos leis que podem prejudicar o povo. Então, somos responsáveis e precisamos ter cuidado com o que votamos. Nós recebemos 160 reais por dia, e é um grande salário quando o levamos para casa e alimentamos a nossa família. Na Câmara, temos um limite de uso de telefone e de xerox e, se ultrapassá-lo, temos de pagar. Acho que a nossa é uma das poucas Câmaras do Brasil em que o vereador paga as suas contas. Aqui não temos celular nem outro benefício para dizer que vivemos de mordomia. Fico feliz por ter voltado a minha profissão, porque, hoje, faço os meus calçados e vendo todos. Quando estou descansando na minha casa, faço cerca, e podem ver os calos nas minhas, porque não tenho condições de pagar uma pessoa para me ajudar. No final de semana, virei massa para fazer uma calçada, porque não tenho condições de pagar alguém para fazer isso. Passei esse

13

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

momento difícil, mas sobrevivi e não quero guerra com ninguém. Quero tentar melhorar e preciso que os colegas me ajudem nisso. Precisamos mudar a forma de conversar uns com os outros nesta Casa. Devemos nos unir, e não tapar o sol com a peneira. Às vezes, as pessoas imaginam que os vereadores se juntam para esconder alguma maracutaia. Não é isso. Quero a união para o bem-estar do povo de Cachoeiro. É essa união que sempre pedi. Eu fui absolvido por esta Casa, o que achava mais difícil. Não tinha dúvida de que seria absolvido na Justiça, mas aqui tinha certa preocupação, porque há pessoas lá de fora que não gostam de mim, visto que sabem que vou continuar cobrando desta tribuna. Ontem, brinquei, dizendo que só um tiro calará a minha boca, porque tentaram fazer isso, mas não conseguiram. Vou continuar a fazer o meu papel de vereador desta tribuna, fiscalizando e cobrando do Prefeito Carlos Casteglione para que ele seja um bom administrador. Não quero a desgraça dele, não, e sim que seja um bom prefeito. Se ele for um péssimo prefeito, acabará com a cidade e com todos nós. Então, torço não por ele, e sim para que a cidade vença e não seja prejudicada. Quero que fique claro que o Vereador Léo não participou da votação para que o meu mandato fosse cassado. Digo que não estou aqui para brincar com os senhores, e sim para defender o povo e cobrar quanto ao que está errado. Eu não gosto de brincar, mas outro dia fiz isso, dizendo que OP quer dizer “obras paradas”, e não Orçamento Participativo. Há uma situação, cujas fotos estão com a Telma, dando conta de que a prefeitura fez um muro e, quando a obra foi finalizada, um carro e um trailer ficaram presos. Não há como a dona retirar os veículos do local, porque o muro fechou a passagem. Nem com guincho dá para tirar os veículos de lá, sendo preciso derrubar o muro. Isso ocorreu no Bairro Abelardo Machado. Vou até o local ver o que ocorreu: se a dona dos veículos está errada ou a obra. A nossa obrigação como vereadores é averiguar as denúncias que chegam até o nosso conhecimento. Eu não gosto de usar a tribuna para jogar pena em ventilador, porque, depois, ninguém consegue catá-las. Quero que tudo seja correto e que a prefeitura faça o seu papel benfeito, porque há muitas coisas malfeitas. Na saída da praça do Conjunto Ruy Pinto Bandeira, onde as carretas manobram, havia uma panela com os paralelepípedos soltos, e a prefeitura foi consertar. Falei com um rapaz da prefeitura sobre um buraco enorme na porta de uma garagem na Rua Apóstolo André, solicitando que fosse consertado o calçamento. Ele disse que iria até o local ver; porém, a obra da praça ficou pronta, mas o pessoal não mexeu no lugar onde eu havia pedido. Ora, a equipe já estava no local, e bastava colocar cerca de treze paralelos para resolver aquela situação. A prefeitura está precisando de gente para dar ordem e liderar. /

Aparteando Wilson Dilem dos Santos: — Vereador, quero parabenizá-lo pela conquista, pois acho que o resultado desse processo administrativo foi justo. Parabenizando V. Ex.^a, também parabenizo o juiz, que soube separar o joio do trigo, dando uma sentença correta e reconhecendo em V. Ex.^a uma pessoa íntegra, com uma folha muito grande de serviços prestados a Cachoeiro. Eu sou testemunha disso. Fiquei muito feliz quando V. Ex.^a me ligou, e, como todos sabem que sou emotivo, confesso que chorei de alegria. Deus é testemunha do que estou dizendo aqui. Chorei de alegria por saber que mais um amigo estava sendo reconhecido não só pelos vereadores, mas também pela Justiça. Que Deus continue a iluminar V. Ex.^a e que esse grupo de companheiros, essa equipe de trabalho permaneça fazendo com que o colega seja um dos melhores vereadores de Cachoeiro. Eu o reconheço dessa forma.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15

Parabéns e sucesso! Nós acreditamos nas pessoas e, muitas vezes, somos envolvidos, tendo que pagar um alto preço como o que V. Ex.^a pagou. Que Deus o abençoe, que V. Ex.^a continue de cabeça erguida e que possa ser vitorioso em várias eleições. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Obrigado, vereador! Devemos ter cuidado com as pessoas que colocamos para fazer parte da nossa assessoria. Às vezes, pessoas conhecidas, não amigas, contam uma história, reclamam, choram, e abrimos o nosso coração. Eu e V. Ex.^a temos esse defeito. Eu me coloco em sacrifício para ajudar as pessoas. Acabamos por dar emprego, acreditando que a pessoa vai poder nos ajudar, mas isso não acontece. Com um, dois meses convivendo, passamos a conhecer o caráter da pessoa ou ela consegue se esconder por anos atrás de uma casca de ovo, que é fina, e não conseguimos ver do outro lado. Por 500 reais a mais, um cara trai um amigo que o tirou da lama. O Sr. Teixeira, um português e ex-sogro do meu irmão, dizia que há pessoas que devemos dar as duas mãos para tirar do buraco; outras, colocar o pé na cabeça e enterrar. Tiramos a pessoa do buraco, ela nos trai, conta uma história não verdadeira, e ficamos à mercê. Vamos ter cuidado com quem colocamos para trabalhar conosco. Não quero falar sobre a minha tristeza com esse tipo de situação, porque não desejo sair do rumo. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Quero parabenizar V. Ex.^a pelo resultado favorável obtido na Justiça. Sempre comentamos sobre advogados e juízes em caso de comissão processante. Os vereadores que votaram pela inocência de V. Ex.^a na comissão acabaram sendo os advogados e juízes certos pela sentença. Nós entendemos de outra forma, porque não somos preparados para sermos advogados e juízes. Lemos o processo, e cada um tirou as suas conclusões. Isso dá um alerta aos vereadores, porque aqui, infelizmente, as comissões são mais políticas do que justas; então, vamos aproveitar esses exemplos. V. Ex.^a sabe do seu sofrimento e o da sua família, e vamos pensar bem, porque a maioria das comissões processantes abertas aqui ocorre por denúncia de assessor. Nós os mandamos embora, eles ficam tristes e nos processam, falando tudo. Graças a Deus, como disse o jornal, V. Ex.^a conseguiu quase o impossível, porque cabeça de juiz, na dúvida, tende mais a punir o político. Estou envergonhado pela minha decisão, mas, na época, não tinha preparo para julgar. Como V. Ex.^a disse, devemos nos unir mais para saber que a dor de um não pode ser a alegria do outro. Aqui, às vezes, por não gostar, por exemplo, da cor do cabelo do outro, um cara vê o outro se estrepando e o deixa ser punido. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Agradeço as palavras de V. Ex.^a e a sua humildade. É isso o que também estou tentando fazer aqui. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Quando aconteceu aquele episódio, tive o capricho de ir até a casa de V. Ex.^a todos os finais de semana. Eu deixava os meus afazeres para ir tomar café e comer broa com o colega. Um dia, sentado na sua mesa, eu lhe perguntei: “meu irmão, você deve? Se deve, não conte comigo; agora, se não deve, vou te defender onde for preciso como fiz e faço”. O seu coração é grande, e você é muito bom, porque, se isso ocorresse comigo, meteria um processo em cima de todos os canalhas que, em troca de poder, tentaram me incriminar e tomariam até as cuecas deles. Eu sou uma pessoa que, se tentarem me ferir, não perdo. Fiquei dez anos sem falar com o meu pai e com a minha mãe e fui para o mundo. Eu era desordeiro. Tinha uma irmã que, se perguntasse se eu era irmão dela, respondia que não. Tenho sessenta e cinco anos, e há pouco tempo eu e essa minha irmã começamos a nos relacionar como família. Se ela vinha me beijar, eu saía de perto. Sofri

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

16

muito naquele período. Quando eu ganhei para vereador pela primeira vez, prestei contas dos meus erros e de tudo o que fiz, e isso consta nos arquivos da Casa. Vereador Luisinho, o seu coração é grande, e o meu, muitas vezes, é de pedra. Eu preciso aprender a perdoar aqueles que me alfinetaram pelas costas. A velhice vem chegando, e devemos dar um passo atrás como dei com relação a minha irmã. Desde o primeiro dia em que estive na sua casa, vi o seu desespero, o da Ivone, o do Pedro e o da sua turma toda; por isso, eu o defendi por onde passei, inclusive na sua comunidade. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Eu sei disso. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Acreditei na sua palavra e, hoje, nós nos tornamos uma família. V. Ex.^a deve agradecer ao Dr. Robson, que é um grande magistrado. Muitas vezes, o juiz mete a caneta no político, mas o Dr. Robson Louzada sabe colocar os pingos nos is. Tenho um bom relacionamento com ele. Se ele olhar para a pessoa, sabe se está dizendo a verdade ou não. Devemos tecer homenagens a esse juiz, e Cachoeiro precisa dele e de muitos outros como ele para que possamos trabalhar. Também quero dizer que conversei muito com o Promotor Dr. Rodrigo. Quando V. Ex.^a estava afastado desta Casa, ele me disse: “Amaral, o promotor está aqui para apurar tudo”. As pessoas, quando vão depor, juram dizer a verdade, e aqueles que mentiram para o promotor, hoje, não devem estar dormindo, não. Para mim, todas as pessoas que falaram e não provaram que era verdade são cafajestes. É como o caso dos 3 mil 750 reais. Qualquer hora, vocês vão me vir andando em uma caminhonete novinha na rua, e estará escrito do lado: “Presente da Caixa Econômica”. Estou dizendo isso, porque já me chamaram para fazer um acordo. Nunca vi fita dilacerada para a defesa, mas para acusar ela existia, e não havia nada. Então, o meu advogado, que é bom, pediu alto, porque deixei de fazer várias transações na época. Isso vai render e muito, porque não vou perdoar nem esquecer. Já recorreram, mas eu ganhei também, e vamos ver o bicho que vai dar. Vereador Luisinho, quero que procure as pessoas que oraram por V. Ex.^a, inclusive há uma que orou muito. Quando eu era criança, todos os dias, na hora da Ave Maria, a minha mãe ligava o rádio e ouvia o terço rezado pelo Júlio Louzada. Ela dizia: “Meu filho, sempre coloque na sua vida que a fé remove montanhas”. Sou um homem de fé, pois, do contrário, já teria caído há muito tempo. Graças a Deus, V. Ex.^a está tranquilo. Agora, o colega vai dar cem gramas de carne, e eu darei o restante para fazermos um churrasco em comemoração à sua vitória, que é a da verdade. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Obrigado, Vereador Amaral! Vereador David, usei o seu nome para agradecê-lo pelo crédito que meu deu, o apoio, o respeito, a moral, os ensinamentos e a paciência que teve comigo. V. Ex.^a viu a minha dificuldade e o que eu estava passando e acreditou em mim; por isso, de público, quero agradecê-lo. Eu me ajoelhei e fiz um propósito com Deus, pedindo que Ele deixasse de pé os meus inimigos para que assistissem a minha vitória. Não quero derrubar ninguém. Como disse o Vereador Amaral, eles não estão dormindo, porque a questão jurídica, com certeza, está sendo levantada. Se houver cabimento, podem ter certeza de que não terão paz, mas não desejo mal a ninguém, e sim que continuem de pé para assistirem a minha vitória. Foi difícil, dolorido e humilhante, mas, como sou uma pessoa determinada, sou pré-candidato novamente. Estou dizendo isso dessa forma, pois, do contrário, vão me arrumar outro barulho. Podem ter certeza de que ganharei novamente a eleição, pois isso não me pertence, e sim a Deus, e Dele ninguém tira. Se eu não me eleger, será a vontade de Deus, e ficarei feliz e satisfeito da

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

mesma forma. Das cinco eleições que disputei, perdi duas, sendo uma delas, porque eu não conhecia nada de política e saí do rumo. Um amigo meu foi candidato, e fiquei sem saber o que fazer, querendo ajudá-lo e acabei perdendo, mas tive mil e cem votos. Da outra vez que perdi, foi quando cheguei aqui vindo do Rio de Janeiro e com três anos nesta cidade, conseguindo quase mil votos, mesmo sendo feio do jeito que sou. Imaginem se eu fosse bonito. Passei dificuldades, pois fiquei desempregado, mas fui candidato novamente e venci com mil cento e setenta e seis votos; depois, perdi com mil e cem votos para não trair os vereadores que estavam nesta Casa. Eu poderia ter ido para qualquer partido que ganharia a eleição, mas havia dado a minha palavra e fiquei junto. Financeiramente, eu não tinha condições de disputar a eleição. Fiquei quatro anos fora desta Casa e voltei para cá com dois mil oitocentos e cinquenta e dois votos. Na última eleição, fiz a minha conta correta, pois, com cento e sessenta candidatos, alcancei dois mil oitocentos e cinquenta e dois votos; com trezentos e vinte candidatos, eu precisaria da metade dos votos que tive na eleição anterior. Ganhei a eleição e não gastei quase nada. Gastei apenas alguma coisa com faixa e com gasolina. É assim que continuarei a fazer a minha campanha. Peço aos colegas vereadores que me ajudem para que eu possa me recuperar emocionalmente e que tenham paciência comigo, porque, às vezes, saio um pouco do rumo. Eu não saio da minha casa pensando em prejudicar ninguém. Nunca fiz isso. Senti raiva e ódio, mas sempre pedi a Deus para tirar esses sentimentos do meu coração. Quero agradecer ao Dr. Wilson e estou deixando por conta dele dizer o que farei ou não. Quero agradecer também a minha assessoria: Pedro, Rildo, Vinícius, a mãe dele, a Dona Sirlene, o Henrique, a Dra. Carla, o Martinelli, o Márcio, assessor do Vereador Rodrigo, a Magali e sua filha, que sempre me animavam, e a Rose, assessora do companheiro Osmar, que esteve em minha casa várias vezes junto com o Everton e o André, que é diretor da Câmara. Quero pedir aos senhores paciência para que eu possa me recuperar emocionalmente, porque ainda me sinto enfraquecido. Há momentos que tremo e não uso a tribuna com medo de falar bobagens. Não quero mais fazer isso. Eu tenho a língua meio solta, e é difícil não a usar na tribuna. Quero fazer o bem, e não o mal. Entrego a Deus as pessoas que me fizeram mal para que Ele possa colocar no coração delas que não devem fazer isso com outros vereadores. Espero que os assessores de outros colegas não façam isso com eles. Pensem bem antes de prejudicar outras pessoas, porque é triste olhar para a cara do sem-vergonha. Disse que, se eu estivesse errado, rasgaria o paletó ou, talvez, nem retornaria a esta Casa, porque sou um homem muito envergonhado. Poucas pessoas me conhecem bem, mas sabem que tenho palavra, e V. Ex.^a já testou isso. Se eu der a minha palavra, ninguém tira, nem dinheiro nem cargo em prefeitura. Uma das testemunhas do meu processo ainda está na prefeitura até hoje. A outra saiu, porque tinha dois cargos no mesmo horário e ainda dizia que a minha funcionária era fantasma. Muito obrigado! / **Júlio César Ferrare Cecotti**: — Boa-tarde a todos! Quero agradecer a Deus por este momento. Hoje, tenho dois assuntos para relatar aos senhores. Primeiro, quero parabenizar o Vereador Luisinho Tereré, pois sei como é duro um processo de cassação. Que Deus o conduza nessa nova caminhada, dando-lhe mais tranquilidade e paz interior. Há momentos em que falamos muito por não estarmos bem. Somos seres humanos e estamos aqui para acertar e também errar; se errarmos, vamos tentar consertar o erro. Sempre digo que devemos pensar antes de falar. É preciso ter tranquilidade

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

na hora de falar. Não tenho nada contra o Vereador Luisinho, inclusive eu o estou parabenizando de todo o coração. Às vezes, as coisas ditas ficam no ar e soam de forma estranha, deixando uma preocupação na cabeça dos vereadores e da população. O poder do vereador é legislar e fiscalizar, o que está dentro da nossa ética. Na terça-feira passada, fiz uma cirurgia para a retirada de uma hérnia umbilical e, graças a Deus, transcorreu tudo bem. Eu não estava presente na sessão, mas ouvi o áudio, mostrando que o Vereador Luisinho falou sobre a secretária Jaqueline. Estou aqui com muita tranquilidade e não quero chamar a atenção de nenhum vereador. Acho que a Câmara deve se unir para fazer a coisa certa. Antes de falar alguma coisa aqui é preciso ter provas. Ouvi o áudio, e o colega Luisinho disse que, se o presidente não veio à sessão, a secretária Jaqueline também não. Na terça-feira passada, a Jaqueline trabalhou das 7:00 às 14:20 horas, porque ela tinha um compromisso junto à Justiça. Deixo esse toque, porque, às vezes, o que sai da boca é complicado. Quero entregar às mãos do Vereador Luisinho um documento protocolado que foi lido pelo secretário. Naquele dia, a Jaqueline poderia ter ido direto ao Ministério Público, à Justiça, sendo que não precisaria trabalhar na parte da manhã, mas ela veio aqui e bateu o seu ponto. Inclusive, quero falar sobre o salário dela, que é de 1 mil e 187 reais, sendo que o valor líquido é de 873 reais. Senhores, o projeto do Código de Posturas, que é importante, não foi votado, porque eu liguei para cá e pedi para segurar a votação do mesmo. Hoje, vou parar a sessão para termos uma conversa entre todos os vereadores, a fim de que saibamos realmente o que vamos votar. O Vereador Jonas fez quarenta e sete emendas, e isso precisa ser discutido. Eu já conversei com o Umberto, e ele disse que não há problemas em votar as emendas. O Vereador Jonas falará aqui sobre suas emendas e, depois, poderá fazer a sua explanação para o Executivo. A política é diálogo. Com certeza, sempre votaremos o que é bom para a população. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Gostaria de esclarecer essa situação. Presidente, se o senhor ouviu o áudio, acho que não o fez direitinho. O Vereador Elias me questionou sobre o projeto do cemitério, e eu lhe disse que não tive acesso ao mesmo. Sugeriram pedir à secretária que pegasse o projeto, mas ela não estava aqui. A conversa começou aí. Essa é a minha conversa que está no áudio. Vou pedir a ata para mostrar a V. Ex.^a. Não estou enxergando a sua fala como se estivesse me chamando a atenção, porque não sou moleque nem criança. Inclusive, na sessão passada, disse que a secretária poderia não estar presente devido à doença ou por outro motivo. Isso está no áudio. Eu não humilhei a menina. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Está no áudio, vereador. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — V. Ex.^a falou, e eu ouvi; agora, peço que o colega me deixe esclarecer, até com respeito à secretária. Não estou faltando com respeito a V. Ex.^a. Um dia, comentei sobre o Vereador Elias não estar presente na sessão, mas ele me explicou que passou mal. Eu não disse que a secretária não estava aqui, e sim que ela recebe para trabalhar para os vereadores. Entendo que ela não seja secretária só do presidente, e sim da sessão, e nós precisávamos dela naquele momento. Um vereador sugeriu que o Marcão trabalhasse na sessão, mas não sei se ele vai querer isso. Ele trabalhava na licitação e também ajudava na sessão. Portanto, foi uma questão de defender um servidor desta Casa, que é o Marcão. Não estou dizendo que a moça não ajuda, até porque, naquele momento, ela fez falta. Eu não quis humilhá-la quando disse que, se o presidente não estava, ela também não veio. Se o senhor entendeu dessa forma, peço desculpas à moça, mesmo não tendo que

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

fazer isso. Eu não falei nada para humilhá-la nem prejudicá-la. Fiz uma ressalva, e o áudio e a ata vão provar isso. O toque que o senhor disse estar me dando está registrado. Respeito o toque de V. Ex.^a, mas repito que não disse nada para prejudicar a moça, não. Eu tenho o hábito de falar as coisas, e não mandar recado. Fiquei triste de saber que V. Ex.^a estava operado e eu não pude visitá-lo. Presidente, como V. Ex.^a disse que não é para ficar nada no ar, peço-lhe desculpas. Precisávamos daquele projeto, mas ninguém sabia ele onde estava. O Dr. Pedro não estava presente aqui, e acho que ele deveria ficar no plenário durante toda a sessão, e não apenas quando o presidente está na mesa ou na hora da votação. Ele deveria ficar ali como nós ficamos, vinte e quatro horas, se for o caso, porque ganha para isso. Se o advogado estivesse aqui, não precisaria ter ocorrido aquela situação, porque tiraríamos a dúvida com ele. Podem ver que a cadeira dele está vazia. Isso me entristece. Eu não quis humilhar a moça e, de público, digo que não falei nada por mal. Eu não disse que ela faltou ou que ganha bem ou mal, comentei apenas que precisávamos do apoio dela aqui. / **Júlio César Ferrare Cecotti**: — Vereador, sei que V. Ex.^a comentou que a secretária poderia estar doente. Eu ouvi o áudio, e as palavras são muito fortes. Não adianta o senhor falar e, no final, dizer que, de repente, ela está doente. Antes de comentar, confirme o que ocorreu no gabinete, pois tudo se revolve com diálogo. O meu gabinete não estava fechado, não, a porta poderia estar encostada. Antes de trazer essa situação ao plenário e citar o nome de vereador, é melhor dialogar. Vereador, eu não sei por que o senhor está agressivo, pois estou lhe dando apenas um toque, um conselho de amigo. As pessoas dizem aqui que querem união, mas não mudam, e, na semana que vem, virá outro episódio. Já foram dadas várias chances de mudar, e isso não ocorre. Eu não estou falando para o vereador. Estou dizendo que as pessoas têm chances na vida, e, muitas vezes, as coisas são levadas para o lado pessoal. Comentei esse assunto para lhe dar um toque, e é isso o que acontece. Agora, quero falar sobre a Santa Casa, assunto esse muito mais importante do que o anterior que, para mim, foi algo banal, sem significado nenhum. O assunto sobre a saúde é importante, porque a população de Cachoeiro precisa disso, e os médicos da Santa Casa estão em greve. Digo aos membros da Comissão de Saúde, Vereadores Rodrigo, Delandi e Amaral, que devemos nos preocupar com essa situação. A Santa Casa, vira e mexe, tem problemas com o pagamento de funcionários e agora é com os médicos. Inclusive, alguns deles trabalham lá há vinte e cinco anos e não têm Fundo de Garantia nem nada. A lei diz que todo trabalhador tem direito ao FGTS. Não vou dizer que a Santa Casa tem uma má gestão nem vou citar nomes. Entretanto, fico preocupado, porque o conselho daquela entidade perdeu três conselheiros, pessoas que têm muito crédito em Cachoeiro, que são a Maria Lúcia Cheim, mulher de boa índole e moral, o Carlos Santana, da Karmaq, e o Carlinhos Amboss. Fico muito preocupado com a gestão da Santa Casa, porque há vários políticos ajudando àquela entidade com verbas federais e estaduais. / **Apartando Jonas Nogueira Dias Júnior**: — Vereador, hoje, foi publicado, em um jornal local, o balanço da Santa Casa. Enquanto em 2013 o resultado da entidade ficou deficitário em 1 milhão e 60 mil reais, em 2014, foi positivo em 6 milhões 147 mil reais. O que mais me causa surpresa nessa discussão sobre a Santa Casa é que a entidade virou o ano com um total em caixa de 4 milhões 558 mil reais, sendo 3 milhões 135 mil reais em conta corrente e 1 milhão 326 mil 611 reais e 98 centavos aplicados em fundo de investimentos, além de ter havido um

19

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

20

repasso do Governo do Estado. Eu sei que o custo de um hospital é alto, mas será que esse dinheiro que estava em caixa foi todo embora em quatro meses e não entrou mais nenhum valor? O Hospital Infantil também virou o ano com a disponibilidade de mais de 3 milhões de reais. Realmente, precisamos olhar com atenção essas questões. Não estou insinuando que há uma má administração, e sim destacando que não compreendo essa situação de penúria sempre trazida à baila na imprensa e na Câmara, enquanto que um resultado desses é apresentado e publicado. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Ficamos preocupados, porque é dinheiro municipal, estadual e federal que vai para a saúde. A Santa Casa tem meios de sair desse buraco. Vou convocar a Nercedes para vir a esta Casa fazer uma explanação. A Santa Casa tem as suas falhas. A entidade tem o Cartão Saúde, que é um sistema gerido por uma empresa de fora. Esse cartão dá uma renda de 300, 400 mil reais, e tal valor está saindo de Cachoeiro. A própria Santa Casa poderia fazer esse cartão, de maneira a que o dinheiro ficasse aqui para atender a nossa população. Esse é um erro daquele hospital. Por que terceirizar esse cartão, se ele dá lucro? A Santa Casa tem como fazer esse cartão. Essa é uma situação gravíssima, já que a entidade não poderia terceirizar isso. Então, seriam mais 400 mil reais no caixa da Santa Casa. Outra coisa terceirizada são os exames laboratoriais. Se a Santa Casa precisar de uma máquina, ela pode ser adquirida com verbas federal, estadual e municipal. Vamos reunir os vereadores e reivindicar, junto aos políticos das esferas federal e estadual, verba para que o hospital tenha máquinas e realize esses exames lá dentro mesmo, pois, assim, o dinheiro desses procedimentos ficará na instituição, e não irá apenas para um médico. Então, seria mais dinheiro para ficar dentro da Santa Casa. Outra situação diz respeito aos oftalmologistas que são terceirizados. Inclusive, quero saber que lucro dá esses serviços terceirizados, valores esses que poderiam ficar dentro da Santa Casa, resolvendo o problema da entidade. O problema da Santa Casa está na gestão, e esses três fatores citados por mim poderiam fazer com que entrasse dinheiro no hospital. Conheço clínica que estava quebrada e hoje está de pé, como é o caso da Clínica dos Acidentados. O Vereador Rodrigo pode falar melhor sobre essa situação, porque ele está por dentro. Os médicos resolveram tratar aquela clínica como uma empresa. Hoje, a Santa Casa não está pagando os médicos e há atraso no pagamento de férias de funcionários. Isso é muito triste, porque a Santa Casa é uma mãe para todos. Eu mesmo operei lá pelo plano de saúde e fui muito bem tratado. Repito que o Cartão Saúde deveria ser administrado pela própria Santa Casa, pois, assim, a população pagaria menos. Esse serviço é terceirizado, e o lucro é bom. Todo o serviço terceirizado poderia ser feito pela Santa Casa. Então, vamos convidar a Nercedes para conversarmos sobre essas situações. A Santa Casa sempre teve problemas, e é preciso abrir os olhos dos gestores. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Vereador Júlio, quero parabenizá-lo pelo seu discurso. V. Ex.^a colocou três situações sobre a Santa Casa. Eu sempre vou àquela entidade e sei o que ela faz pelo povo de Cachoeiro. Graças a Deus, temos a Santa Casa. Quando a Sra. Nercedes vier a esta Casa, será bom lhe perguntar sobre os médicos ricos que usam àquele hospital e não lhe dão retorno nenhum. Esses dias, nasceu a minha neta, e no particular uma cesariana sairia a 700 reais para a Santa Casa, 1 mil e 800 reais para o anestesista e mais de 2 mil reais para o médico, perfazendo um total que ultrapassa os 5 mil reais. Aí, a minha neta acabou nascendo pelo SUS mesmo. Nenhum médico quer fazer cesariana pelo SUS, porque o valor pago pelo

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

21

serviço é baixo. Eles fizeram a cesariana pelo SUS, porque eu disse que era vereador do povo e que estava quebrado. Os médicos usam a Santa Casa, colocam o dinheiro no bolso, e a entidade fica na situação em que está. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — A informação que tenho é de que o nosso Bispo Dom Dario tomou a frente da Santa Casa. Ele é bem intencionado e quer colocar aquela entidade em ordem. Depois que Dom Dario assumiu a Diocese de Cachoeiro de Itapemirim, ele cortou reto muitas coisas que aconteciam aqui, como padres que queriam ser mais do que o bispo. O Dom Dario não colocou tudo no lugar, mas deu um freio em coisas que aconteciam. Acho que o nosso bispo vai colocar um freio na Santa Casa para que aquela entidade volte a ser o que já foi dentro de Cachoeiro, ou seja, uma entidade a qual todos tinham vontade de ajudar. Acredito que, com o Dom Dario à frente do conselho da Santa Casa, a coisa vai melhorar muito para a saúde em Cachoeiro. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — A Santa Casa só tem uma solução, que é acabar com essa terceirização, pois o dinheiro, em vez de ficar dentro daquela entidade, está nas mãos de pessoas até de fora do Estado. Repito que o Cartão Saúde renderia 300, 400 mil reais por mês para a Santa Casa. Essa situação deve ser revista, além dos exames e do setor de oftalmologia. A Santa Casa ganha com a terceirização, mas é pouco. Esses procedimentos podem ser feitos dentro daquele hospital, e os valores que ficarem na entidade ajudarão a resolver o problema da saúde em Cachoeiro. Acabando com a terceirização, a Santa Casa será outro hospital; se atende bem, vai atender ainda melhor, além de ter os salários dos médicos e dos funcionários em dia. Muito obrigado! / **Carlos Renato Lino (Presidente em exercício):** — Gostaria de registrar, com muita alegria, a presença da ex-vereadora Bia, uma das poucas mulheres que ocuparam cargo no Poder Legislativo. Bem-vinda a esta Casa de Leis! / **José Carlos Amaral:** — Boa-tarde a todos! Para mim, é motivo de muita tristeza ver a saúde de Cachoeiro de Itapemirim na UTI, basta olhar a situação do posto de saúde do Bairro Aeroporto e da Clínica Santa Isabel. Na própria Unimed, onde se paga caro pelo plano de saúde, a situação é complicada, porque para conseguir alguns procedimentos está levando o mesmo tempo que no SUS. Eu vou colocar outdoors no Bairro Aeroporto com os seguintes dizeres: “Procura-se o prefeito e o secretário de Obras”. Vou colocar o meu nome e quero ver se alguém tentará tapar a placa. Estão faltando prefeito e secretário de Obras em Cachoeiro. A TV já mostrou duas vezes a situação do Bairro Aeroporto. Atrás do parque de exposição, vários carros já bateram, e os donos me entregaram as ocorrências para eu dar entrada na Justiça contra a prefeitura. Foi feita uma obra de asfaltamento e drenagem na Rua José Calegário, no valor de 700 mil reais. Se foi colocada alguma manilha naquela rua, ela já está entupida, porque a água fica empoçada, e eu avisei que haveria problema. Depois, tiraram a ponte que havia naquela rua para fazer outra; agora, estão colocando galeria, e a situação lá está um inferno. Já ocorreram mais de dez acidentes naquele local e, graças a Deus, não houve nenhuma vítima, só dano material, a exemplo de pneus estourados. Ligamos para o secretário, mas ele está brincando conosco. O secretário mandou para lá o carro que desentope manilhas, mas tiraram a água da rua, e o veículo sumiu. Eu já mandei colocar pedras nos buracos várias vezes. Ontem, fiquei com pena de ver o carro de uma senhora cair no buraco e entortar toda a roda. Aí, mandei um menino colocar terra dentro do buraco. Se esta semana aquela rua não for colocada em ordem, vou instalar um outdoor dentro da minha propriedade com o seguinte texto: “Procura-se o

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

prefeito e o secretário de Obras de Cachoeiro de Itapemirim para salvar as vidas que podem ser ceifadas nesse local”. Eu já disse isso aqui há mais de um mês. Em todas as sessões tenho pedido socorro quanto àquela situação. Também falei da obra da praça do Conjunto Ruy Pinto Bandeira, que está parada, porque fizeram o projeto errado. Já vieram a primeira e a segunda parcelas da verba federal para aquela obra, mas a terceira não chegou, porque o projeto está errado. Se esta semana não derem uma solução para aquela obra e para outras que falarei aqui, colocarei outdoors procurando o prefeito e o secretário de Obras. Quero ver quem vai tirar o outdoor que vou colocar, pois, agora, virou ditadura. Ocorreram vários acidentes naquele local, e não é função do vereador pagar um cara para colocar pedra dentro de crateras, algumas com sessenta centímetros. Eu avisei ao irresponsável do secretário de Obras que a água não iria descer, porque levantaram as extremidades da rua, e há uma manilha entupida lá não é de hoje. Essa obra ficou parada por três anos e, agora, empreitaram-na novamente para colocar galeria onde havia uma ponte. Quando chover, o local vai encher de água. São várias as obras paradas, como a da Rua José Calegário, a da praça do Conjunto Ruy Pinto Bandeira, a da Rua Gelson Dias dos Santos e a da rua próxima à casa do Vereador Luisinho, sendo que dessa última já pagaram 200 mil reais. Estive no Bairro Gilson Carone e vi que a obra da Rua Fotógrafo Guilherme está parada, assim como também uma do Bairro Independência. Não querem que eu diga a verdade. Se há dono de outdoor que tem medo de prefeito e de secretário, digo que eu não tenho, mandarei fazer placas e colocarei nessas obras. Chega!! Chega de um caboclinho ir para a TV enrolar o povo de Cachoeiro! Dos cerca de trinta calendários que a TV Gazeta levou até a prefeitura fizeram apenas três obras. Ninguém deve prometer o que não pode cumprir. Também vou colocar uma placa no Restaurante Popular. Venham atrás de mim, se eu estiver dizendo mentiras! O contribuinte deve ser respeitado, mas não estão fazendo isso, porque as obras são iniciadas e não finalizadas. Com relação à obra da praça do Conjunto Ruy Pinto Bandeira, digo que pagaram a primeira parcela ao Zequinha, mas a segunda não; depois, houve um ajustamento de planilha, sendo que o projeto estava errado, pois colocaram que a energia era 220 watts, quando em Cachoeiro é 110 watts. Se não acabarem com o alagamento que ocorre na rua atrás do parque de exposição, próximo ao lavador, na segunda-feira, mandarei instalar uma placa procurando o prefeito e o secretário de Obras; além disso, haverá outras coisas escritas nela e estará assinada por mim. Vou pagar para ver, porque é brincadeira o desrespeito que está ocorrendo em Cachoeiro. Muito obrigado! / **Delandi Pereira Macedo**: — Boa-tarde a todos! Quero ser solidário ao povo de Cachoeiro com relação à Santa Casa de Misericórdia, porque o problema é seríssimo. Aquele hospital filantrópico é administrado pela Igreja Católica. Como o Vereador Amaral, também acredito que o bispo vai conseguir colocar as coisas em ordem lá. Se o sindicato deflagrou a greve, certamente é porque há algo descontrolado, precisando ser ajustado. Acredito que o problema será sanado, porque a Santa Casa tem uma importância muito grande para a saúde em nossa região, já que não temos hospital público aqui. Dependemos dos hospitais filantrópicos mantidos com verbas federal e estadual. Hoje, recebi uma revista, da qual consta o relatório do Hospital Evangélico, e observei que mais de 80% dos atendimentos prestados são ao SUS. Gostaria de receber o relatório da Santa Casa também. Digo que a gestão do hospital cabe à direção da entidade. A intervenção que podemos fazer é dar aconselhamentos

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

23

ou coisas semelhantes; agora, a gestão é privada, e não pública, apesar de os hospitais receberem recursos públicos do Governo Federal repassados pelo Estado. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Hoje, vi na TV Gazeta a entrevista do presidente do sindicato, dizendo que há vinte anos os médicos não têm a carteira assinada. Achei essa colocação estranha. Será que só acordaram agora para isso, depois de vinte anos? Não entendo isso. / **Delandi Pereira Macedo:** — Essa é uma coisa que cabe à gestão do hospital que, com certeza, fará os acertos necessários. Agora, não tenho dúvida quanto à importância da Santa Casa para a nossa região, inclusive a população vai sofrer enquanto os médicos estiverem em greve. Quero parabenizar o Vereador Rodrigo pelo Dia do Enfermeiro, registrando que o nome do colega já carrega essa chancela, que é quase o seu sobrenome. Em nome da Comissão de Saúde desta Casa de Leis, quero parabenizar V. Ex.^a e desejar as bênçãos do Senhor em sua profissão. O enfermeiro tem uma missão importante, porque cuida dia a dia dos doentes. Quero parabenizar também o Vereador Luisinho pela sua absolvição pela Justiça. Nunca tive dúvidas da sua idoneidade e sempre o admirei pela sua postura. Há momentos em que o colega extrapola um pouquinho, mas isso faz parte de cada um. O companheiro tem um sentimento colérico, mas tem um coração bom, e eu votei contra a sua cassação. V. Ex.^a foi absolvido nesta Casa e também pela Justiça, o que corrobora com as nossas palavras aqui. Que V. Ex.^a continue trabalhando em prol do povo. Às vezes, falta-lhe equilíbrio, mas ele chega. É natural termos um destempero de vez em quando. Eu admiro o colega e desejo-lhe sucesso na sua jornada. Outras eleições virão, e o povo vai reconhecer isso. Outro tema que quero comentar é a segurança do Sul do Estado. Hoje, saiu uma nota no Jornal A Gazeta, em outros jornais e também na internet referente a um ofício sobre o abastecimento de veículos da Polícia Militar em Cachoeiro. Esse ofício interno do Batalhão diz que nenhuma viatura poderia ser abastecida com um valor acima de 50 reais, isso por contenção de despesa, e quem desobedecesse essa ordem seria punido dentro da corporação. É o cúmulo do absurdo o nosso Estado chegar a esse ponto. Senhores, 50 reais de gasolina é uma quantidade irrisória. Imaginem o que é essa quantidade de combustível para uma viatura que percorre todo o Município, coibindo o crime. É isso o que está ocorrendo no Espírito Santo. Essa situação é lamentável. Outro assunto que desejo comentar é a redução da maioria penal. O Delegado Guilherme disse aqui que tem muitos subsídios com relação a esse tema. Quero frisar que o desejo da população do nosso país é que haja a redução da maioria penal. Não sei se há aqui algum vereador do Partido PROS, mas essa sigla fez uma pesquisa, solicitando que a população se manifestasse a favor ou contra essa redução. A participação do povo foi grande, e, agora, o pessoal do PROS mandou o resultado dessa pesquisa para o meu e-mail, dando conta de que 89% da população são favoráveis a essa redução; 9%, contra, e 2% estão indecisos. Estão me dizendo que o colega Neném Cadável, vereador licenciado ocupando uma secretaria, é desse partido. Na verdade, o povo brasileiro já não aguenta mais o que vem ocorrendo no país. O delegado disse aqui que o menor de idade entende que deve praticar os crimes enquanto não completar a maioria penal para não ser julgado. Essa é a realidade. Sabemos que a redução da maioria penal não é a solução do problema da criminalidade no Brasil. Acho uma injustiça muito grande quando um menor pratica crimes e, devido a nossa legislação, não é penalizado. O Brasil precisa rever essa situação, entre tantas outras. Digo

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

24

que sou favorável à redução da maioria penal, assim como também é o meu partido, o PSC, por entender que essa é a vontade de grande parte do povo brasileiro. Não podemos permitir que a impunidade continue ocorrendo, seja para menor ou maior de idade. Desejamos que a legislação do país seja aplicada para todos os que cometerem crimes hediondos. Muito obrigado! / **Rodrigo Pereira Costa:** — Boa-tarde a todos! Quero parabenizar o Vereador Luisinho pela sua vitória na Justiça e pela sua humildade. Sei que nenhum de nós é o dono da verdade. A minha vida aqui é uma escola, pois aprendemos com os nossos erros e acertos. Quero me colocar à disposição de V. Ex.^a e desejo dialogar com o vereador fora desta Casa, já que temos muita coisa para conversar e tentar crescer juntos. Que Deus possa abençoar o colega, a sua família e o seu lar e que V. Ex.^a continue aguerrido nesta Casa, trabalhando em prol do povo de Cachoeiro. Desejo que o colega tenha uma carreira bonita dentro deste Município e também fora daqui, já que pode galgar novos patamares. Esta Casa precisa da união dos vereadores, e o povo de Cachoeiro é quem vai ganhar com isso. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — A minha ideia quando usei a tribuna foi falar sobre a minha felicidade. Digo que fiquei feliz quando o Vereador Fabrício se pronunciou. Para mim, isso é importante, porque valorizo cada um dos senhores. Não estou nesta Casa para tirar o mérito de nenhum vereador, pelo contrário. Será um prazer sentar com V. Ex.^a para conversarmos. Sou sincero e digo que, há algum tempo, não aceitaria conversar, porque eu estava mal comigo mesmo; porém, pedi a Deus para tirar todo o mal-estar de mim e fui atendido. Ficarei feliz em conversar com V. Ex.^a. Eu sou um homem sério e não jogo conversa fora. Continuo dizendo que esta Casa precisa de união. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Que Deus o abençoe, Vereador Luisinho. Hoje, recebemos um ofício do Sindicato dos Médicos, falando sobre a greve desses profissionais. Em conversa com a Lucimara, diretora do PA Paulo Pereira, tomei conhecimento de que a redução dos atendimentos na Santa Casa já está complicando a situação daquele posto, que terá que absorver essa demanda. A situação é preocupante, porque o PA Paulo Pereira estava tendo um bom ritmo nos atendimentos, e poderemos viver novamente aquele caos ocorrido lá em 2013, 2014, com muitas pessoas na fila aguardando socorro. Naquela época, o atendimento era de péssima qualidade, e a TV estava em cima. A fala do Vereador Júlio é pertinente. Vejo que o que emperra a saúde é a gestão. A APAE também sofre com esse problema, inclusive estiveram aqui algumas mães de alunos daquela entidade, reclamando sobre os serviços de saúde que foram interrompidos lá. Se o gestor não tiver a capacidade de gerenciar recursos e trabalhar dentro do limite do que tem disponível, enfrentará muitas dificuldades. Assim, a gestão é tudo na área de saúde. Vemos gestores há tempos à frente das instituições, o que traz experiência, mas acho que a mudança é importante, colocando-se uma pessoa com mais visão, dinamismo, ânimo diferenciado e com vontade de servir. Acredito que, se tivermos gestão de qualidade, nenhum desses hospitais passará por dificuldades. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Vereador Rodrigo, uma coisa que não posso aceitar nem ninguém em sua consciência é o valor pago por uma diária na Clínica Santa Isabel, que é de 38 reais, sendo que o paciente recebe café, almoço, jantar, cama, médico e remédios. Acho que o valor que a Santa Casa recebe é o mesmo. / **Rodrigo Pereira Costa:** — A Santa Casa recebe mais. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Pouca coisa a mais, vamos dizer 40 reais. Como a entidade vai cuidar do paciente que precisa de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

remédios caros ou de leito na UTI com esse valor baixíssimo? É isso o que precisa ser mudado. A estrutura deve ser mudada de cima para baixo. Eu trabalho com som e, se tiro uma nota de 10 mil reais, 11% desse valor são de INSS. É esse o percentual cobrado em todas as cidades do Brasil. A minha empresa é pequena; agora, imaginem quantos milhões entram para o INSS. Aí, o valor repassado aos hospitais é essa vergonha que vemos. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Um ponto que precisamos analisar é o fato de os hospitais estarem assumindo outras entidades de Municípios vizinhos. Ora, se não conseguem gerenciar o hospital local, como vão assumir outros em Municípios vizinhos, já que isso gera mais custos, trabalho e problemas para a gestão? Isso requer muito planejamento. Portanto, é preciso ter o pé no chão. Acho que a prioridade é gerenciar o hospital daqui; depois, se a situação estiver estabilizada, é possível assumir outra entidade. O Hospital Evangélico assumiu o Santa Helena, da Vila de Itapemirim, e a Maternidade Menino Jesus, de Itaipava; o Hospital Infantil, o de Guarapari; e a Santa Casa, o hospital de Castelo. Há pouco tempo, soube que o Hospital Santa Helena estava fechando o pronto-socorro, e a Maternidade Menino Jesus também estava passando por dificuldades, porque os recursos recebidos não estavam suprindo as demandas. Ainda não sabemos se é lucrativo gerenciar outros hospitais ou se é um desafio de expandir, aumentando o número de atendimentos; porém, com isso, as dívidas só crescem, e chega-se a uma situação como a que a Santa Casa se encontra hoje, com médicos querendo fazer greve. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Quero endossar as palavras de V. Ex.^a, tendo em vista que raciocinei da mesma forma que o colega, observando que os hospitais estão enfrentando dificuldades até para resolver a situação local. Sabemos que essas entidades são autônomas e podem tomar as suas decisões, mas não é compreensível como agem. Vereador Rodrigo, V. Ex.^a como presidente da Comissão de Saúde, talvez, pudesse convidar os representantes dos hospitais para virem à Câmara nos explicar essa questão. Eu tenho muitas dúvidas com relação a isso, respeitando a autonomia de cada instituição. Esse esclarecimento é necessário. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Apesar de essas entidades terem autonomia, elas recebem recursos públicos e devem prestar contas de suas ações à sociedade. O Presidente Júlio foi muito enfático ao dizer que vai trazer à Câmara a superintendente da Santa Casa, e vamos assinar esse ofício juntos. Faremos também uma sequência de convites, já que, assim como a Santa Casa, os outros hospitais de Cachoeiro estão enfrentando dificuldades quanto ao atendimento. Agora, estamos acompanhando a redução do número de exames laboratoriais, e a situação virou um caos. Hoje, para a marcação de um simples exame de sangue a pessoa espera quase um ano. Então, vamos encaminhar um convite, uma convocação para que os gestores dos hospitais venham a esta Casa. Com a vinda desses gestores à Câmara, não devemos ficar com conversa de compadre, e sim sabatiná-los, sanando as nossas dúvidas sobre a gestão de todas as entidades filantrópicas de saúde do Município. Que possamos convidar esses gestores para virem aqui o mais breve possível explicar sobre as dificuldades financeiras que os hospitais de Cachoeiro enfrentam neste momento. Muito obrigado! / **Osmar da Silva:** — Boa-tarde a todos! Estamos falando sobre a Santa Casa e a saúde, e eu gostaria de dizer que vivemos um momento muito complicado. Sei que temos que discutir os problemas da cidade, mas me foi dito que há quatro meses há naquele hospital médicos e enfermeiros sem receber seus salários. Sei que o problema é da saúde, de uma

25

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

maneira geral, e essa questão de salário vem ocorrendo no Brasil todo. Há empresas fechando as portas, e aquelas que estão de pé já mandaram embora metade de seus funcionários. Muitas vezes, queremos ficar agarrados em poucas coisas, quando precisamos olhar realmente o que está acontecendo em nosso Município. Digo isso, porque a pior coisa para um empresário é quando ele tem que mandar um funcionário embora. A minha empresa é pequena, tinha quarenta e seis funcionários, e precisei mandar trinta e dois embora. Os senhores sabem o que é demitir um funcionário e vê-lo sair com os olhos cheios d'água? A Concessionária Chevrolet hoje não fabrica mais carros no Brasil e demitiu três mil funcionários; portanto, a situação é supercomplicada. Mesmo assim, ainda há muitas pessoas que estão empregadas que não dão valor ao emprego e vivem reclamando e blasfemando contra o que recebem. Enquanto isso, muitos outros choram, porque seu local de trabalho fechou as portas. Agora, dou as boas-vindas ao Luisinho de coração aberto, porque precisamos de paz, a Casa precisa disso, pois o momento que estamos vivendo é complicado. Esta semana, estive no fórum, porque um homem de bastante idade me levou até a mesa do juiz, tendo coragem de olhar para mim e dizer que trabalhou na minha campanha. Ele ficou com um carro meu e não o devolveu, veículo esse no valor de 20 mil reais. Fiquei analisando como um homem, de sessenta, setenta anos de idade, tem coragem de mentir com a cara mais deslavada, e isso nos mostra que devemos pensar muito antes de contratar alguém para a nossa assessoria. Há muita gente que perdeu a vergonha e é capaz de falar diante do juiz mentiras que não precisavam ser ditas. Quando a pessoa entra para a nossa assessoria está feliz e, se depois de dois anos você resolver colocar outra no lugar dela, vira sua inimiga, mas se esquece do período em que teve a vaga e foi abraçada. Essas pessoas, que deviam sair daqui bem e nos abraçar, são aquelas que ficam por aí falando mal de nós. Na minha empresa, precisei liberar, como já disse, trinta e duas pessoas, e todas elas saíram como minhas amigas. Aqui, eu liberei dois, e os dois são meus inimigos mortais. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Por aí o senhor pode ver o quanto é difícil. O senhor tentou ajudar, e essa pessoa o levou para o fórum, e eu também não citarei nome, já que o colega não o fez, mas sei de quem está falando, pois foi a maior covardia. A gente coloca a pessoa para trabalhar, e ela ainda fica achando que nos deu o mandato. Eu tenho amigos que votaram em mim que costumam dizer que me elegeram e, quando saem da assessoria, ficam com raiva. Não se entristeça, alegre o seu coração, toque para frente, porque dessas coisas Deus cuida. / **Osmar da Silva:** — O conselho que deixo para os nossos assessores, os nossos colaboradores e aos colegas vereadores é que devemos ser sábios. Precisamos ser gratos por tudo o que os assessores fizeram por nós, e eles também devem agradecer pelo tempo que passaram trabalhando. A ingratidão é uma das piores coisas que o diabo colocou no coração do homem. Não podemos ser ingratos com aqueles que nos abraçaram e nos ajudaram nos momentos mais difíceis. Infelizmente, aqueles que nos atacam são os que mais ajudamos, colocamos ao nosso lado. No dia das mães, ouvi dizer que uma grande empresa tinha uma vaga muito especial, mas não poderia ser ocupada por qualquer pessoa. Todos queriam ocupá-la, porque ela era valiosa; sendo assim, a fila era enorme. Foi dito que o único problema dessa vaga é que não havia férias nem descanso. Aí, quando ouviu dizer que não havia salário, o candidato logo disse: “Não acredito!” A pessoa seguiu, dizendo que o contratado deveria se doar por inteiro, ou seja, era uma vaga que só serve para mãe. Ela

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

que se doa inteira para os filhos e não recebe nada. A mulher se doa para os filhos e para o marido por completo. O repórter também disse que o dinheiro separa os melhores amigos e une os piores inimigos. Isso me envergonha e me dá vontade de sair da política. Muito obrigado! / **Elias de Souza:** — Boa-tarde a todos! Senhores, o Vereador Rodrigo não está aqui, mas ele se pronunciou no Pequeno Expediente sobre a profissão dos auxiliares e técnicos de enfermagem, pontuando a importância desses servidores. Entramos num contrassenso, e, quando ouvi a reportagem dos médicos dizendo que fariam greve na Santa Casa, achei interessante. Digo isso, porque, quando eu presidia o sindicato dos trabalhadores, essa classe jamais apoiou um movimento nosso de reivindicação de pagamentos de salários atrasados de até seis meses. A Santa Casa não pagava os trabalhadores, não recolhia as suas contribuições previdenciárias nem o FGTS, ou seja, o que era direito do trabalhador. Ela tinha a prerrogativa de não recolher e fazer o pagamento apenas na hora da rescisão, o que fez com que chegasse a uma dívida de quase 20 milhões de reais. Agora, é engraçado ouvir a classe médica falar em greve, e quem, de forma muito especial, já passou pelas mãos de um desses profissionais no serviço de saúde pública pode atestar a maneira como eles, nem todos, tratam os pacientes. Como técnico de enfermagem e técnico de laboratório aposentado, lembro-me com toda a certeza de que a visita de um médico no sistema de saúde, dependendo da patologia do paciente, não demorava dois minutos. Hoje, a grande maioria deles, pelo que pude saber, está exigindo um vínculo com a Santa Casa. Foi isso o que eu entendi e, se estiver errado, perdoem-me. Nos hospitais filantrópicos, esses médicos são prestadores de serviço e não possuem vínculo empregatício, porque nenhum deles cumpre a Lei 3.999/61, que jamais foi revogada. Essa lei diz que a carga horária do médico é de quatro horas diárias. Nenhum médico no serviço público, quer seja na rede municipal, estadual ou federal, cumpre essa jornada de quatro horas diárias, pois a maioria deles tem quatro, cinco, seis vínculos empregatícios. Como eles conseguem fazer um atendimento de qualidade tendo tantos vínculos empregatícios? Será que dá tempo para atender o paciente como deveria? É claro que não, senhoras e senhores! É esse o motivo do caos na área de saúde. O Município e o Estado fingem que pagam o profissional médico que, por sua vez, também finge que trabalha. Ora, nenhum médico pode trabalhar por 1 mil e poucos reais de salário/mês. Aí, concede-se uma gratificação, dobrando esse valor, que vai para 2 mil e poucos reais, e, apesar de alguns cumprirem a carga de quatro horas diárias, a maioria não o faz. Sabem quando vamos resolver o problema de saúde no Brasil? Nunca! Dizerem que o Hospital Evangélico e a Santa Casa fazem filantropia é outra grande mentira, porque lá há interesses econômicos e financeiros sim. Tratam-se de empresas como outra qualquer e, se não me falha a memória, esses dois hospitais são o segundo ou o terceiro maiores empregadores de Cachoeiro de Itapemirim. A Santa Casa tem mil servidores, e o Hospital Evangélico uns mil e quinhentos. Essas instituições acabam tendo que crescer, arrecadar dinheiro para pagar médicos, e a matéria-prima deles somos nós, os doentes. Quanto mais doença, mais dinheiro, o que é uma bola de neve que não acaba nunca. Enfim, é preciso continuar a inventar doenças. A maioria dos médicos, especialmente da parte de ortopedia, que opera na Santa Casa e no Hospital Infantil, utiliza todos os equipamentos deles, compram suas próteses e muitas vezes são os familiares que pagam por elas e pelos procedimentos por fora. Quando se diz que o médico trabalha de

27

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

28

graça pelo SUS, pode saber que ele recebe por fora, a exemplo da parte do anestesista e do clínico, enquanto a instituição acaba levando aquele pedacinho menor. O bolo maior é do profissional médico. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Ouço dizer que a Santa Casa é o primo pobre, enquanto o Hospital Evangélico, que tem cirurgias eletivas, as quais dão mais dinheiro, seria o primo rico dessa história. Isso procede? / **Elias de Souza:** — Depende de que cirurgia. Dizem que a fila de cirurgias eletivas, como a de próstata, é quilométrica, assim como também é o caso de catarata, que não são de urgência. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — E as de alto risco? / **Elias de Souza:** — As de alto risco a Santa Casa faz e o Hospital Evangélico também. Essas eletivas são as que não têm urgência. Essas filas vão aumentando cada vez mais e levam os familiares dos pacientes a chamarem médicos e membros do hospital num cantinho, oferecendo-se para pagar por fora. Essa é a grande verdade. Quem tem dinheiro vai à Santa Casa e ao Hospital Evangélico e consegue fazer qualquer cirurgia, mas pelo SUS isso não acontece. Esse é um problema que não vamos conseguir resolver a curto nem a médio prazo. Depois de quarenta e três anos de carteira assinada, trinta e seis deles na área de saúde, me aposentei sem conseguir ver solução para isso. Eu ouço hoje a mesma coisa que ouvia na época em que iniciei, e os pobres técnicos de enfermagem e as enfermeiras trabalham doze horas em um hospital e saem para enfrentar mais doze em outro, perfazendo uma jornada de trabalho de vinte e quatro horas. Olhem que 98% dos funcionários dessa área são mulheres. É uma jornada absurda, desumana, e eles, já exaustos e cansados, não têm a menor condição de dar um atendimento de qualidade. O Vereador Rodrigo fala sobre a jornada de seis horas, e o companheiro David, que é um operador do direito, sabe que a legislação, desde 1988, prevê que ela seria de turno ininterrupto, ou seja, de seis horas. A CLT diz que é possível fazer quarenta e quatro horas semanais, com oito horas diárias e o máximo de duas horas-extras. Doze horas de trabalho para uma mulher é uma exploração, o que ainda continua ocorrendo em cima das técnicas e das enfermeiras deste país. Então, Vereador Rodrigo, a minha caminhada é um pouco mais longa do que a de V. Ex.^a, mas concordo que seja desumano colocar uma enfermeira para trabalhar durante vinte e quatro horas por dia, tomando conta de vidas humanas. Quando se vai debater com um diretor de hospital, ele não abre mão de fazer essa jornada, porque, se houver a de seis horas, terá que dar folga e aumentar o salário dos trabalhadores. Quando se diminui a carga horária aumenta o poder de compra, porque cresce o número de empregos. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — A jornada é doze por vinte e quatro? / **Elias de Souza:** — São doze horas dia sim, dia não. E quem tem dois empregos? Fica difícil realmente a situação que não é só de calamidade para os usuários do sistema único, como também dos trabalhadores cansados e exaustos. A Santa Casa não vem cumprindo com o pagamento da folha dos funcionários. As Santas Casas do Brasil tiveram o Refin, pois o Governo Federal patrocinou um financiamento para todos os hospitais filantrópicos do país, injetando milhões de reais neles para que zerassem suas dívidas. Eles zeraram as dívidas, mas conquistaram novas, um buraco negro, um poço sem fundo. Assim, particularmente, com os meus sessenta anos de idade, não vejo saída, solução para isso a curto prazo. Muito obrigado! / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Boa-tarde a todos! Vou dar umas informações quanto à divergência dos salários do Deputado Enivaldo dos Anjos acima do teto. A matéria diz o

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

seguinte: “Lucas Rocha Furtado, professor de Direito da UNB, a favor do acúmulo – ‘Imoral é o trabalho gratuito e escravo’; Mônica Hermam Salem Caggiano, professora da USP, contra o acúmulo – ‘É ilegal e inconstitucional’; Flávia de Souza Marchezini, procuradora de Vitória e professora de direito da FDV, a favor – ‘Fere princípio da justa remuneração’”. Então, é ampla no meio jurídico essa discussão sobre se o Deputado Enivaldo dos Anjos pode receber a sua aposentadoria pelo Tribunal de Contas acumulada com o salário de parlamentar. É bom lembrar que a Deputada Maria Veloso Lucas não foi contemplada com esse direito, considerado ilegal naquela ocasião. Com isso, quero reforçar que o vereador não fica adstrito ao parecer da procuradoria ou da comissão, podendo se manifestar de maneira diferente. Daqui a pouco, votaremos o Código de Posturas, ao qual fiz algumas emendas com a intenção de colaborar para que o texto final aprovado fique o melhor possível para o Município, os cidadãos, os comerciantes, as instituições, as igrejas e a própria fiscalização. O nosso papel aqui é colaborar, já que somos limitados no que podemos propor como projeto de lei. Assim, a nossa melhor maneira de atuar é apresentando emendas aos projetos que vêm do Poder Executivo, a quem compete encaminhar a maioria das leis. Apresentei um total de quarenta e oito emendas, sendo a principal a de número trinta e cinco, feita com o objetivo de diminuir os valores das multas. Enquanto no projeto original uma multa leve era no valor de 881 reais, ela vem através dessa emenda para 220 reais. A UFCI todo ano é reajustada, e não achei justas as multas tão desproporcionais às previstas no Código de Transporte. As outras emendas dilatam o prazo de defesa do cidadão e diminuem o enquadramento da penalidade entre o nível um e o cinco. Uma penalidade que estava prevista no nível quatro, no meu entender, poderia estar no nível dois ou um. Outro dia, dei uma entrevista à rádio onde disse que o povo existe sem partido político, mas o partido político não existe sem o povo. Nesta Casa, quem é da base aliada tem um compromisso com o governo e com o partido, mas primeiramente o meu compromisso é com Deus, com a minha consciência, com os meus princípios e valores, com os meus eleitores e com todos os cidadãos cachoeirenses. É assim que vou me pautar em todas as discussões e situações, ainda que, em um dado momento, isso possa vir a desagradar ao partido e ao governo. Não quero holofotes nem jogar para a plateia, e sim fazer aquilo que, na minha concepção, é o melhor para o povo, para os contribuintes que pagam os nossos salários e os da nossa assessoria. Defendo a ordem pública, pois não podemos desprezá-la em nome do apoio popular, deixando as coisas acontecerem de qualquer maneira. Em tudo buscarei me pautar por aquilo que é justo para todos os lados. Quanto aos agentes comunitários de saúde e de endemias, gostaria de informar que liguei para Brasília e falei com a Simone Martins, da divisão de publicidade oficial do gabinete do Ministério da Saúde, sendo informado que, em 07/05, o processo foi encaminhado para a presidência da República a fim de ser publicado. Aquele decreto que regulamenta a lei aprovada no ano passado quanto à categoria já está em fase de publicação. Estou fazendo esse registro, porque é uma causa na qual eu e vários vereadores temos nos empenhado para ajudar esses servidores a terem os seus direitos prevalecidos, sem trazer nenhum risco para a administração. Ainda sobre o Código de Posturas, quero dizer que o procurador legislativo desta Casa, o Dr. Gustavo Moulin, deu um excelente parecer, chamando a atenção de que, no seu entendimento jurídico, esse projeto deveria passar por uma audiência pública depois de tramitar pela

29

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara. Houve audiência pública, mas o projeto ainda não estava oficialmente em tramitação. Dentre outras coisas, o procurador também chamou a atenção para a mobilidade urbana, que em nada foi contemplada, e para a harmonia com as demais legislações tratada no artigo 3º. O projeto do Código de Posturas está tramitando há algum tempo nesta Casa e, como pré-projeto, foi bastante discutido, mas ainda há o risco de essas coisas serem arguidas; porém, se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação entende diferente do procurador, pode dar um parecer contrário. Se este plenário entender que, mesmo diante do parecer do procurador, a votação deve ocorrer, ele é soberano para essa decisão. Contudo, eu não gostaria que essas observações passassem despercebidas. Sendo coerente com o que estou dizendo, sei dos anseios do governo e também dos colegas vereadores para que o projeto seja colocado em votação hoje. Alerto que, dessa forma, vamos ignorar o parecer do procurador, o que será uma prova viva do que eu já disse, ou seja, não ficamos adstritos a esses pareceres, pois pode haver divergência. Tenho o meu recurso apresentado quanto ao projeto de minha iniciativa referente à remoção de veículos, no qual aponto um equívoco, pois o procurador entendeu que a matéria repetia outra antes apresentada pelo Vereador Delandi. Ora, o projeto citado, do qual tive o cuidado de tirar uma cópia, falava da remoção de veículos abandonados em vias públicas, enquanto que o meu refere-se à interpretação de quando se dá o início do processo de remoção dos veículos. O meu objetivo foi evitar que o cidadão fique com a chave do veículo na mão sem poder removê-lo apenas porque o agente entendeu que o início do processo se deu quando o guincho foi acionado. A Justiça não entende dessa forma e não é esse o espírito da legislação que estabeleceu o Código Brasileiro de Trânsito na orientação aos agentes. Peço aos colegas que deem provimento a esse recurso, superando o parecer da Comissão de Constituição, que foi contrário, porque seguiu o igualmente equivocado entendimento da procuradoria. Assim, o projeto poderá tramitar regularmente. O Vereador Delandi criou uma frente parlamentar para estudo do desenvolvimento de Cachoeiro de Itapemirim, e o nosso Município não é de hoje enfrenta uma crise por conta dessa questão da Sudene. Sei que, assim como o Presidente Júlio, o colega está imbuído em achar soluções e citei o nome desses dois companheiros, porque foram eles que entraram com um dispositivo, uma resolução para dar sequência a isso. Quero colaborar e até já me inscrevi nessa frente parlamentar, coordenada pela companheiro Delandi. Há poucos dias, foi feita a licitação para contratar a rádio, e nos últimos tempos não temos sido ouvidos aqui, já que os vereadores, às vezes, estão cuidando de outras coisas, e o plenário fica apenas com a assessoria. Assim, fiz uma parceria com alguém da área de comunicação, e haverá um blog, uma página do vereador, do cidadão Jonas Nogueira. Mesmo que eu não esteja nesta Casa daqui a uma semana, já que sou suplente, todos os documentos que eu levantar serão digitalizados e encaminhados, assim como os meus pronunciamentos. Isso é para que tenhamos voz lá fora, pois não adianta tê-la só aqui dentro, onde apenas alguns nos ouvem. Estou preparando essas gravações, e tudo isso será divulgado de forma ampla para o Município. Vereador Delandi, gostaria de dizer a V. Ex.^a que a Lei 4.970/2000 concede incentivos fiscais para a instalação de novos empreendimentos imobiliários no Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências. / **David Alberto Lóss (Presidente em exercício)**: — Peço que seja feito silêncio no plenário, porque o vereador não está conseguindo nem falar. / **Jonas Nogueira**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Dias Júnior: — Agradeço ao presidente, mas estou falando apenas para que fique gravado e eu possa divulgar, depois, até porque sei que muitos, propositadamente, falam mais alto para impedir que o vereador conclua o seu raciocínio. Eu tenho experiência e estou acostumado a lidar com essas situações. Essa Lei 4.970 é de 17/04/2000, assinada pelo então prefeito Theodorico de Assis Ferraço, e diz: “I – redução de 50% no valor do ITBI sobre o valor da aquisição do terreno necessário à construção, ampliação e reativação do empreendimento; II – isenção de IPTU pelo período de 05 anos, prorrogável por igual período; III – isenção do ISS sobre a construção industrial; IV – isenção do ISS sobre a prestação de serviço para montagem, ampliação ou reativação do empreendimento; V – execução de serviços de terraplanagem necessário à construção, ampliação ou reativação do empreendimento. Parágrafo único – Estendem-se os benefícios desta lei às empresas já existentes no município exclusivamente para fins de ampliação e/ou reativação de suas atividades, eventualmente paralisadas”. Fui buscar, no site da prefeitura, quem já teria tido esses benefícios, que precisam ser solicitados via requerimento. O interessado tem que requerer. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Vereador, qual o número da lei? / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — 4.970/2000. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Foi essa lei que me salvou. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Eu fui verificar quais empresas requereram e tiveram esse benefício e vi que a Selita e a Itabira Agro Industrial já tiveram, e, recentemente, através do Decreto 2.139/2010, por conta de ampliações, a Odebrecht também foi beneficiada. Ela exerceu o seu direito legal, previsto em lei, requereu e foi aprovado, sendo-lhe concedida essa isenção. Vamos levantar esse requerimento até para orientarmos outros empresários que estão sofrendo em Cachoeiro para que façam valer os seus direitos. Muitas vezes, a lei existe, mas o cidadão não sabe, e também não há interesse em divulgá-la para que ele tome conhecimento. Eu vou divulgar isso amplamente para os meus amigos. Ora, a Odebrecht conseguiu esse benefício, e olhem que ela é uma empresa de potência, que teve um lucro de 9 milhões 800 mil reais, depois de ter pago o seu Imposto de Renda recentemente, mais 11 milhões em 2013, ou seja, estou falando de uma fonte de lucro livre de 21 milhões em dois anos, após o pagamento de todos os impostos. Enquanto isso, um cidadão, que está gerando quatro ou cinquenta empregos, não tem o conhecimento de que possui esse direito e pode buscar essa isenção para ampliar o seu negócio. O cidadão precisa saber disso, e nós, enquanto vereadores, devemos divulgar amplamente para que o povo exerça os seus direitos e consiga esses benefícios para gerar mais emprego, renda e desenvolvimento para a cidade, inclusive impostos, pois, quando o empresário cresce e aumenta o seu lucro, o governo arrecada mais. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Eu, o Amaral, o Wilson, o Alexandre e os vereadores mais antigos aprovamos essa lei aqui. Quando fui secretário de Interior, a prefeitura fazia parceria com as empresas, a exemplo da Gran Líder, que nos fornecia cascalho quando precisávamos, e, em contrapartida, quando podíamos, também a ajudávamos. O empresário fez uma terraplanagem e me pediu que eu o ajudasse com duas horas de patrol. Na hora do almoço, fui atendê-lo e mal tinha feito dez minutos de trabalho, alguém denunciou, e a TV Gazeta apareceu filmando, com a repórter me entrevistando, querendo saber quem havia liberado a máquina e dizendo que era compra de voto e que daria até cassação de mandato e improbidade administrativa do prefeito e do secretário. Se não fosse essa lei, em seu artigo 5º, eu poderia ter sido cassado. O artigo 5º é

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

32

aquele que diz que pode colocar a máquina na empresa por dois dias de serviço. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — “Art. 5º – Para as empresas já instaladas, em plena atividade no Município, que pretendem ampliar sua área construída, os benefícios serão concedidos apenas sobre a área resultante da ampliação”. / **Aparteando Brás Zagotto:** — E o artigo 6º? / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — “Art. 6º – Para se habilitar aos benefícios desta lei, a empresa deverá protocolar requerimento na prefeitura”. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Foi esse artigo que me salvou; do contrário, eles teriam cassado o meu mandato. O Promotor Rodrigo (...) / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Eu sei o que V. Ex.^a está querendo dizer. “Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder os seguintes incentivos aos novos empreendimentos industriais, comerciais e de serviços que se instalarem no Município: V – execução de serviços de terraplanagem necessário à construção, ampliação ou reativação do empreendimento em até três (03) dias de trabalho”. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Ah, foi esse aí que me salvou de ter sido cassado por estar ajudando a uma empresa, que, por sua vez, também ajudava à prefeitura. A lei os beneficiava, já que estavam instalados no Município, sem contar que o que eles nos forneciam de cascalho era quase o triplo do que gastaríamos comprando saibro. / **Elias de Souza:** — Um aparte, vereador? / **David Alberto Lóss (Presidente em exercício):** — O tempo do Vereador Jonas já se encerrou. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Só gostaria de registrar que pessoas de fora desta Casa ocupam a tribuna, extrapolam o tempo e não são interrompidas, enquanto o vereador, que está defendendo o interesse do povo, é pressionado a encerrar a sua fala. Voltando ao assunto, digo que descobri essa lei ontem, exatamente fazendo uma pesquisa sobre temas relacionados à água e esgoto. Cheguei a várias outras leis, inclusive descobri que Cachoeiro tem um plano de abastecimento de água e esgoto, aprovado em 2011, sendo abrangente, o qual eu nem conhecia e resolvi me aprofundar no assunto. Por último, lerei aqui o parágrafo final do parecer dado ao Código de Posturas pelo procurador legislativo: “Outrossim, em que pese o mérito da revisão do atual Código de Posturas e a sua aprovação prévia nas audiências mencionadas, é necessária a realização de audiências por esta Casa para discussão das medidas propostas neste projeto, com divulgação e participação de toda a população envolvida, cujas deliberações, caso necessário, poderiam ser encaminhadas por meio de emendas ao projeto, feitas pelas comissões permanentes e pelos vereadores, com vistas ao aprimoramento da matéria, (o que foi feito pelos vereadores), e à definição das diretrizes e das soluções mais adequadas à realidade municipal, sob pena de macular-se a proposta original com aprovação eivada de inconstitucionalidade formal ou monodinâmica.” Fiz esse registro só para dar mérito ao trabalho do procurador, mas, quando tiver que me posicionar contra o seu parecer, também o farei. O parecer dele foi nesse sentido e, mesmo assim, vamos votar o Código de Posturas, porque entendemos que a votação é possível. Isso também pode ser aplicado a várias outras proposições. Muito obrigado! / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Boa-noite a todos! Quero fazer coro com as palavras do Vereador Elias de Souza no que diz respeito à diferença de tratamento dado ao médico em greve e quando o movimento é feito pelos subalternos. É totalmente diferente. Quando a classe E ou D faz greve, é logo chamada de baderneira; agora, os médicos não fazem greve, e sim reivindicam direitos. Os professores foram fazer suas reivindicações em Curitiba e acabaram estraçalhados, faltando apenas passá-los pela máquina

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

33

de moer carne. É a mesma coisa que dizer que na sociedade brasileira o preconceito racial, da cor da pele não está plantado, enraizado e frutificando. Tenho um casal de filhos que são negros e estava com o menino na padaria, quando um camarada, de classe alta deste Município, viu a criança negra do meu lado, com a camisa do Vasco, e disse que isso não me pertencia e que tinha que dar a ele a camisa do Flamengo. Só por que o menino é negro ele tem que ser flamenguista? O Vereador Alexandre Bastos é flamenguista e não é negro, assim como o colega Lucas Moulais. Eu perguntei ao sujeito se a camisa não combinava com o menino, porque ele era negro, e a resposta foi que era o costume. Trabalho em escola e vejo que tanto o negro quanto as mulheres ocupam as piores colocações no mercado de trabalho. Estava vendo no meu bairro os camaradas que limpavam as ruas, e todos eles eram negros, trabalhando debaixo de sol a pino. Mesmo diante disso, ainda pensamos que não há preconceito. Senhores, muito fraternalmente, quero discordar do que foi dito aqui pelo Vereador Delandi quanto à redução da maioria penal só porque 80% da população são a favor. Jesus tinha doze ao lado dele e disse: Vinde a mim todos vós que estais cansados e sobrecarregados que Eu vou aliviarei.” A coisa, Vereador Amaral, era pior do que hoje, era olho por olho, dente por dente. Fico triste com essas posturas, porque sou cristão e vejo que muita gente, assim como eu, é contra ao aborto, mas salva no ventre e quer matar na vida, ainda mais se for filho de pobre e de preto. É muita hipocrisia! O Eduardo Cunha, no Congresso, é um hipócrita, pois é contra o aborto, mas está envolvido num monte de maracutaia, muito mais do que o PT. Existe corrupção dentro do PT, mas ele não é o partido mais corrupto da nação e não vai ser. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Existe uma mediação para isso, vereador? / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Há sim. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — É por quantidade de parlamentares? / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Eu não me lembro agora, mas vou trazer essa informação. Fico constrangido como cristão, porque temos que pregar a vida acima da morte, e muitos de nós, inclusive lideranças nacionais, a exemplo do Malafaia e do Magno Malta, que se dizem pastores, pregam a morte, e não a vida. Que cristianismo é esse? Que humanidade é essa? Vamos regredir à idade das trevas? A política tem disso. Quando Hitler ascendeu ao comando da Alemanha, ele tinha quase que 90% do apoio da população, mas, nem por ter a maioria esmagadora, ele estava correto, basta ver que implantou uma das piores barbáries que humanidade já viu. Isso, com o apoio de todo o povo alemão, que, depois, se envergonhou de ter um líder como ele. Foi também assim com o Mussolini, na Itália, e o Mao Tsé-Tung, na China. Foram cometidas atrocidades em nome de um projeto que muita gente queria. Assim como existe nas diversas Câmara Municipal um movimento pela redução da maioria penal, eu sou a favor de implantar uma comissão para defender que ela não seja reduzida. No período em que fiquei na secretaria, conversei muito com o Dr. Paulo, que é o promotor da Vara da Infância e da Juventude, e ele deixou claro que a redução da maioria penal não resolverá o problema. A OAB Nacional é contra a redução da maioria penal, assim como várias instituições que se debruçam em cima do problema criminal o são. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Eu sou a favor da pena de morte lá em Brasília para quem roubar. Poderíamos colocá-los num paredão, no Maracanã, antes de um jogo entre Flamengo e Vasco ou Vasco e Botafogo. Sou a favor da redução da maioria penal, porque não é possível que um menor estupe, mate,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

34

abuse e faça o diabo e ainda seja olhado como um coitadinho, aparecendo os direitos humanos para abraçá-lo. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Essa questão de maioria, 90%, como Hitler tinha, é um parâmetro, mas acontece que, conforme saiu no Jornal A Tribuna, de domingo, em países de primeiro mundo que usamos como referência para educação, saúde e qualidade de vida, como a Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Itália, França e outros, a maioridade penal é aos dezesseis anos. Com dezoito anos só o Brasil e outros dois países. Será que só o Brasil está certo? Nessa linha, V. Ex.^a tem todo o direito de defender o seu ponto de vista, sua análise, assim como o Vereador Delandi tem a dele. Eu, como já respondi num programa de rádio, sou favorável à redução da maioridade penal, porque não podemos ficar reféns dessa situação. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Lamento. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Não tem que lamentar, e sim respeitar. Eu respeito o ponto de vista de V. Ex.^a e não o lamento, mesmo sabendo que é a minoria no Brasil e no mundo. Quando o senhor diz que lamenta, fica aquele discordo que vemos por aí, ou seja, só nós sabemos pensar e analisar. Eles são os ricos que querem tirar o couro dos pobres. Não estou fazendo nenhum discurso contra o PT, partido do qual V. Ex.^a é presidente aqui, mas acho que a maneira como o colega abordou o tema em contraponto ao que foi dito pelo Vereador Delandi e, agora, dizendo que lamenta o meu posicionamento não é adequada. Respeito a sua posição, mas penso diferente dela e o faço embasado, inclusive no que o mundo todo segue e no que a população brasileira quer. É direito haver o pensamento da minoria. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Sou totalmente contra à redução da maioridade penal, porque não podemos analisar isso, esquecendo do que está acontecendo em nossos presídios, que estão um caos. Trabalhei durante quatro anos como voluntário no Conselho Penitenciário, despachando mais de quatrocentos pareceres para promotores e juízes sobre a situação de cada preso, e 90% deles voltam a delinquir. Podem ver lá fora, como, por exemplo, nos Estados Unidos, como eles tratam um menor que comete infração penal. Não é igual aqui. Vamos colocar mais meninos de dezesseis anos nessa mesma situação? Antes de debater esse tema da redução, é preciso ver o que está acontecendo nos presídios. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Como o Vereador Jonas citou, em muitos países do mundo a maioridade penal é aos dezesseis anos, mas eles garantiram antes saúde, educação, escola de qualidade, formação e outras coisas mais. Isso, senhores, para a grande maioria da população; agora, depois de terem dado tudo o que o Estado tinha que dar, garantindo as necessidades básicas, fizeram a redução da maioridade. O Brasil ainda não fez o seu dever de casa e quer colocar esses meninos de qualquer forma nesse sistema que é falho. A corda sempre arrebenta do lado mais fraco. O Vereador Delandi disse aqui, fora do microfone, que tinha que acabar com os corruptos do PT, e eu também ficaria muito satisfeito se eles pedissem para sair e se filiassem no PSC, no PROS ou onde quer que seja. Sou radicalmente contra os corruptos e me envergonho de saber que existe isso no PT, que está apto a varrê-los, porque não é o partido mais corrupto nem será, e está longe disso, havendo muitos outros na sua frente. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Quero perguntar ao Vereador David, segundo o qual o menor que for para o presídio ficará igual aos outros lá dentro, se na hora que ele está na rua, com uma metralhadora na mão, não faz o mesmo serviço que um adulto? Depois de preso, ele tem que ir para a cadeia comer filé mignon? Para mim, o tratamento tem que ser o mesmo. /

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

35

Aparteando David Alberto Lóss: — O senhor tem que analisar a vida dele primeiro e ver por que chegou até esse ponto. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Vereador Léo, o meu discurso não é simplesmente por conta da maioria aprovar a redução da maioridade penal, e sim porque é uma das soluções para tirar os bandidos que, baseados na menor idade, cometem crimes, estuprando, matando, praticando coisas hediondas, sem que haja nenhuma punição para eles. Eu cito que a redução da maioridade penal é um dos pontos para diminuir um pouco essa injustiça para com aqueles que sofrem ao serem abusados e atacados por um desses menores, que devem ser colocados atrás das grades. Ora, se têm capacidade para cometer um crime hediondo, também têm para serem penalizados por seus atos. Sei que a redução da maioridade não seria o melhor caminho, e sim a educação. Agora, quando V. Ex.^a diz que admira ver um cristão, alguém que se diz pastor defender essa postura está se pronunciando de forma pejorativa. O senhor não poderia usar esse termo, porque, se um pastor deve alguma coisa, é entre ele e Deus pagar em relação ao que está se omitindo de fazer. Ele só não pode se dizer pastor se não tiver a função. Se tem, está entre ele e Deus esse julgamento, e a sua função, como cidadão, deve ser mantida, assim como o PSC tem o seu posicionamento diferente do PT, e o seu partido é o oposto do meu. Porém, isso não nos tira a capacidade e a hombridade de nos colocarmos diante de um tema tão importante como a redução da maioridade penal. Não podemos fechar os olhos para essa que é uma realidade em nosso país. Se o PT e os direitos humanos acham que o cidadão pode continuar a cometer crimes e permanecer solto, rindo da cara da polícia e da cara das vítimas, que permaneçam confirmando isso e, ao final, vamos ver quem vai ganhar. O nosso entendimento é de que quem comete um crime tem que pagar por ele, e isso não me tira o direito de ser cristão, porque o próprio Jesus está de braços abertos para receber quem quer que seja, desde que se arrependa. O arrependimento da parte dele é algo que precisa acontecer e, enquanto isso não acontece, é preciso pagar pelo crime cometido. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Só que o menor lá fora não fica impune. Vejam lá fora o que acontece quando um menor de dezesseis anos comete uma infração. Aqui, se não for para a cadeia, está impune e continua matando, e lá se começa todo um processo em cima do garoto para reeducá-lo. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Vereador Delandi, há uma incoerência na sua fala quando diz que o ideal seria investir na educação. Ora, se não investe na educação, vamos prender mais cedo? O crime aliciará os meninos de doze, treze, quatorze, dez e oito anos, como já acontece na área do Bairro Corte Grande, inclusive V. Ex.^a é querido por lá por onde passa na sua campanha. É mais fácil condenar o menor do que o prefeito, o deputado, o governador e até presidente que não investem como deveriam na saúde, na educação, no saneamento e nas comunidades pobres, onde o crime acontece mais. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — O partido de V. Ex.^a está tendo a oportunidade de mudar isso e está deixando ela passar, infelizmente. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Depois de quinhentos e poucos anos nas mãos de quem teve oportunidade e não fez nada, não será em dezesseis anos, sendo oito de Lula e oito de Dilma, que se mudará todos esses anos de exploração. Muito obrigado! / **David Alberto Lóss:** — Boa-noite a todos! Essa discussão é boa. Quero saudar a escolha do cachoeirense ausente de 2015, que foi excelente para Cachoeiro de Itapemirim. O Dr. Fernando Portinho amanhã será homenageado no Rio de Janeiro, ele que é professor da universidade, uma pessoa muito

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

querida, e a escolha dele faz com que Cachoeiro só tenha a ganhar em 2015 e ainda mais com o voto desta Casa, a qual tive o orgulho de representar. A eleição dele foi por unanimidade, e a Câmara participou ativamente disso. O Vereador Amaral propôs a indicação do cachoeirense presente, que foi o Juiz Dr. Edmilson, um jovem do qual tive o prazer de ser professor na Escola Newton Braga. Ele cresceu, estudou e, sendo de família pobre, se esforçou e merece o título por vir galgando passo a passo a sua posição como magistrado no Estado do Espírito Santo. Há outras pessoas que também merecem, e o fato de escolhermos o Dr. Edmilson não desmerece ninguém. Senhores, gostaria de solicitar que votem a favor da denominação das duas creches, a Padre Jefferson e a Ariette Moulin Costa. Fui pego de surpresa, pois trabalho com a Ariette há quarenta anos e não sabia que ela daria nome a essa supercreche. O parecer da procuradoria é favorável assim como o da Comissão de Justiça. Gostaria que isso fosse votado, porque já está em cima da hora para enviar a Brasília, e o prazo é o dia dezoito. Com relação à Santa Casa, tenho as minhas convicções, mas vou deixar para me manifestar sobre isso na semana que vem, porque preciso dar uma olhada em algumas questões. A minha mulher trabalhou voluntariamente durante muitos anos no Conselho Fiscal, e preciso conversar com ela a esse respeito. Para mim, tudo isso é consequência de não termos aqui um hospital público. Estamos à mercê do trabalho maravilhoso da Santa Casa, mas fica aquela história de equipamentos comprados com recursos públicos serem colocados em entidades filantrópicas, não importa quais sejam elas. Eu gostaria muito que Cachoeiro de Itapemirim tivesse um hospital público. Companheiro Luisinho Tereré, posso não ser um grande advogado, mas sou um advogado grande, já que tenho um metro e oitenta, e, desde o princípio que li o seu processo, em momento nenhum pensei que seria condenado, da forma como o Dr. Rodrigo Monteiro pediu. Não havia a menor condição de V. Ex.^a ser condenado naquele processo, da forma como ele estava nos autos. Graças a Deus, o colega foi absolvido e continua na Câmara, que também não trabalhou para cassá-lo. Para um vereador cassar um colega só em caso de flagrante. A ex-vereadora Arlete foi cassada? Sim, mas isso aconteceu, porque ela foi profundamente infeliz no momento em que utilizou esta tribuna para fazer a sua defesa. Eu não voto e não votaria nunca para cassar um colega vereador, a não ser em caso de algo contundente, com provas concretas e irrefutáveis. Enquanto houver uma dúvida será mil vezes melhor absolver um culpado do que condenar um inocente. Como o advogado escreveu no processo, a ação era arrasadora, arrebatando com o sujeito antes de qualquer coisa, já que o nome dele foi para a rua. O companheiro colocou aqui vários adjetivos, mas se esqueceu de citar o principal, que foi o constrangimento grande de saber que não fez aquilo e que o seu nome estava sendo jogado na rua por conta da canetada de um promotor de Justiça. Quanto à regularização fundiária, já temos o nome do topógrafo, e encaminharei à prefeitura para começarmos a atuar na comissão de trabalho, de maneira a que essa questão saia do marasmo em Cachoeiro de Itapemirim. A coisa vai andar, se Deus quiser. Senhores, chegou aqui um projeto, encaminhado pelo Poder Executivo, criando um plano de cargos e salários para a Agersa, que abrangerá de dez a doze servidores. Sou favorável a plano de cargos e a concurso público por entender que tudo precisa ser organizado. Esse plano foi aprovado pelo prefeito, pela Agersa e, quando bateu na procuradoria legislativa, o procurador, Dr. Gustavo, detectou algumas

36

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

37

questões pontuais, e tivemos o cuidado de mexer em todas elas. Inclusive, pedi ao Vereador Fabrício que lesse primeiro o projeto, e ele detectou que não estava bom. Fizemos as emendas, ou seja, o projeto foi todo emendado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Mesmo assim, gostaria de solicitar aos colegas que lesem para fazer as comparações. Não há como atingir 115% de vantagens, e sim os 75%, que é o justo. Não podemos ter um plano de cargos, cujas vantagens ultrapassem 140%. Tiramos também a prerrogativa do presidente da Agersa de fixar valores do tíquete alimentação, porque aqui não é o presidente que dita o valor, que é estabelecido por lei. A proposta pode ser votada hoje ou na terça-feira que vem, mas o meu desejo é que os colegas a analisem primeiro, e não votem apenas porque eu disse que está boa. Essa é a minha opinião. Foram feitas as emendas, todas as documentações solicitadas estão aqui, e não estamos votando nenhum monstro que possa criar problemas posteriores. Quanto ao Código de Posturas, a parte que eu achava que cabia a mim, como presidente da comissão, e ao Vereador Fabrício, como relator, já foi cumprida. Não haverá pressão para votarem, e a votação ocorrerá no dia em que os vereadores quiserem. O Vereador Amaral apontou que esse Código não foi à Comissão de Finanças, assim como centenas de outras propostas também não vão. Quanto às audiências públicas, temos a absoluta certeza de que elas foram feitas, e, nesses quase dois anos, todo mundo teve a oportunidade de se manifestar, estando tudo documentado. Duvido que um promotor de Justiça possa questionar esse ponto, uma vez que tudo foi feito como deveria, e só não opinou quem não quis. Lavo as minhas mãos, pois o meu papel foi feito, e a comissão trabalhou. Daí para frente, caberá aos senhores definirem o que será feito com o Código de Posturas, se vão votar ou devolver o projeto. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Vou ser sincero e quero que conste em ata o que direi. Nada foi encaminhado à Comissão de Finanças, e, se esse Código for votado hoje, farei um requerimento renunciando meus cargos em todas as comissões, além de ir para a rádio e não querer que me questionem quanto ao que direi lá. / **David Alberto Lóss:** — Esse é um direito seu. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Vou para a imprensa e, se ela não quiser divulgar as minhas palavras, pagarei uma matéria. Não quero ser questionado em minhas palavras, porque o meu direito está sendo cerceado, da mesma forma que estão sendo o de V. Ex.^a e o do Vereador Delandi. Eu não posso deixar de lutar pela saúde de Cachoeiro, porque viramos pano de chão nesta Casa de Leis. No dia em que V. Ex.^a subir à tribuna para falar sobre a saúde, o mandarei parar, lembrando que virou pano de chão. Acho que precisamos ser respeitados. A comissão precisa ser respeitada. / **David Alberto Lóss:** — Isso não me cabe e não é problema meu. É a última vez que lembro que, a partir do momento em que é feita a leitura de qualquer projeto aqui, na qual não prestamos atenção, acabou, e o vereador pode ter acesso à matéria para lê-la dez mil vezes, se quiser. Repito que enviar o projeto para a comissão não é problema meu e que o meu trabalho foi feito. Se está certo ou errado, eu não sei, mas tenho notado que os projetos tramitam nesta Casa passando no máximo em duas comissões. O que dispõe sobre a creche passou por três delas. / **Aparteando Osmar da Silva:** — A Lei Orgânica do Município diz que é preciso passar por quantas comissões? / **David Alberto Lóss:** — São a procuradoria legislativa e a presidência que fazem esse encaminhamento. Muito obrigado! / **Wilson Dilem dos Santos:** — Boa-noite a todos! / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Vamos respeitar o

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

38

nosso amigo que está na tribuna, porque todos têm o direito de falar. Peço que seja feito silêncio. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Quero ratificar a fala do Vereador David Lóss quando fez a sua colocação referente ao trabalho realizado pela comissão escolhida por esta Casa para atuar na elaboração do Código de Posturas. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Desse jeito, serei obrigado a terminar a sessão, porque não há condições. Será a primeira vez que me sento nesta cadeira para fazer isso. Eu não vou nem suspender a sessão, e sim terminá-la. É preciso respeitar o colega vereador que quer se pronunciar. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Estou tranquilo, senhor presidente. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Eu não estou. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Entendo V. Ex.^a, pois realmente tem que haver essa condução, e os colegas precisam entender que é direito de todos debater e apresentar suas opiniões de forma regimental. É por isso que existem a tribuna e os apartes. Senhor presidente, quero falar, mas, como não está havendo coerência, abandonarei esta tribuna. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Vamos interromper a sessão, convidando todos os vereadores para uma reunião no gabinete da presidência. / A sessão foi reaberta às 19:20 horas. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Vamos prorrogar a sessão pelo tempo necessário ao término dos nossos trabalhos. Com a palavra o Vereador Wilson Dilem. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Agora, não quero mais apenas ratificar as palavras do Vereador David, como também as que eu disse na reunião, ou seja, sou favorável à votação do Código de Posturas hoje, até porque não há motivos para votar contra, já que trabalhei ao lado da comissão durante dois anos na sua elaboração. Tivemos a oportunidade de ouvir as mais diversas lideranças do Município, e entendo que dei a minha contribuição. Acredito que foi boa a minha participação; assim, particularmente, não tenho nenhum motivo para apresentar emenda, mas respeitarei aquelas apresentadas por todos os parlamentares. Isso, mesmo que o projeto seja votado com as emendas nesta noite, pois teremos a oportunidade, caso haja veto, de analisar criteriosamente o que antes não analisamos. Digo isso, porque só do Vereador Jonas Nogueira foram quarenta e oito emendas, e eu não tive a oportunidade de analisar cada uma delas. Agora, se a Câmara aprovar, e o prefeito não vetar, é porque as emendas são boas. Repito que, em caso de veto, estudarei com critério e votarei de acordo com a minha consciência. Ainda existe a oportunidade de cada vereador discutir artigo por artigo, se quiser, porque o projeto entrará em discussão e, depois, em votação. Este é o momento de darmos a nossa participação tanto na discussão do Código de Posturas quanto na das emendas individuais e até nas da comissão que foram apresentadas. Muito obrigado! / Passamos à **Ordem do Dia.** / **Elias de Souza, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, há um pedido de informação do Vereador Luisinho referente ao projeto dos túmulos do Cemitério Parque, e eu gostaria que ele fosse apreciado em destaque. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** Acatado. / **Elias de Souza, levantando questão de ordem:** — Peço-lhe também que sejam incluídos na pauta do dia dois projetos: o que denomina a Escola Professora Ariette e o que cria a Escola Padre Jefferson. Solicito ainda a V. Ex.^a que sejam colocados em votação o projeto dos jazigos e o que institui o Código de Posturas. Nós nos reunimos e definimos que haverá a votação e que serão apreciadas todas as emendas dos vereadores. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Pedido acatado. Votaremos agora os requerimentos, dando destaque apenas ao do Vereador Luisinho, que se

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

refere aos túmulos do Cemitério Parque. / A seguir, passamos à **1ª Discussão** do Projeto de Lei 65/2015 – José Carlos Amaral (Institui o Dia do Médico Legista no Município de Cachoeiro de Itapemirim). / Logo após, **foram aprovados**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **os seguintes Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 620, 621, 622, 623, 624, 625 e 626/2015 – José Carlos Amaral; 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 680, 681, 682, 683, 684 e 685/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678 e 679/2015 – Delandi Pereira Macedo; **617/2015 – Alexandre Valdo Maitan** (Requer do Prefeito Carlos Roberto Casteglione Dias informações sobre a situação da dengue em Cachoeiro de Itapemirim, no corrente ano, com dados referentes ao número de casos notificados e confirmados, entre outros); **628/2015 – Luis Guimarães de Oliveira** (Requer que o Secretário Municipal de Saúde lhe encaminhe o andamento do processo na Secretaria de Saúde, protocolo número 18579/2014, sobre a aquisição de um veículo para o Distrito de São Vicente, uma vez que já foi licitado); **641/2015 – Fabrício Ferreira Soares** (Requer da Secretária Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos, Sra. Soraya Hatum de Almeida, informação sobre o que preceitua a Lei 4.009/1994 – Estatuto dos Servidores – especificamente o artigo 102, que trata da licença por motivo de doença, se está sendo aplicada integralmente, em especial aos servidores públicos contratados); **629/2015 – Alexandre Valdo Maitan** (Requer que seja convocada a Secretária Municipal de Educação, Sra. Cristiane Resende Fagundes Paris, para prestar esclarecimentos acerca do não fornecimento de passe escolar para alunos da rede municipal de ensino até a presente data. Requer ainda que a convocação seja para a sessão do dia 26/05/2015). / Logo após, foi colocado **em discussão o Requerimento 686/2015 – Luis Guimarães de Oliveira** (Com o objetivo de dirimir dúvidas com relação ao Projeto de Lei 57/2015, requer do Prefeito Carlos Roberto Casteglione Dias as seguintes informações: as condições acordadas no TAC – Termo de Ajuste de Conduta – junto ao Ministério Público Estadual continuam as mesmas? O valor da taxa de manutenção já foi quitado junto à empresa administradora do Cachoeiro Cemitério Parque? Os receptores da doação foram informados de que deveriam assumir essa taxa de manutenção para continuarem a usufruir dos jazigos?). / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Quero tentar defender uma situação que vejo ser muito importante. Fico triste com a falta de carinho que há para com o próprio vereador, pois fiz um pedido de vista ao projeto, e a matéria só me foi entregue hoje. Também encaminhei um pedido de informação referente a essa matéria para tirar uma dúvida e estou me sentindo desprestigiado enquanto vereador. Isso, para mim, é algo muito sério, e eu jamais tiraria o direito de o vereador saber algo referente a um projeto antes de votá-lo. Os túmulos serão devolvidos para a Renê Imobiliária, que vai vendê-los. Eu conheci várias das pessoas que ocuparam aquelas vagas, inclusive uma delas era amigo do Secretário Romário. Esses restos mortais vão para onde? A prefeitura ou a imobiliária informou aos familiares dessas pessoas que eles deveriam pagar a taxa de manutenção? O Vereador Elias está dizendo que essa é uma determinação do Ministério Público e que o prazo já está vencendo, mas esse órgão nos cobra que andemos direito, e é isso o que estou tentando fazer. Estou tentando esclarecer as minhas dúvidas e fiz três perguntas referentes à proposta e

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

40

não serei respondido. Isso é algo sério que repercutirá mal para esta Casa. São duzentas e cinquenta e quatro famílias que com certeza se revoltarão contra nós por estarmos autorizando isso. É uma falta de respeito comigo e com essas famílias. Sei que serei vencido na votação, mas não retirarei o meu requerimento e o meu voto vai ser para que a votação do projeto aguarde mais uma semana para acontecer. Não há impedimento nenhum para isso. Mesmo que votem contra, eu gostaria que o Vereador Fabrício pegasse o projeto dos adesivos e o colocasse em pauta. Tive todo o carinho com o vereador, estou aguardando a votação há vários meses e não questionei. O meu pedido de vista era para hoje, e fiz com antecedência para não atrapalhar, mas me deparei com essa situação. Votem, mesmo que seja contra, para que eu não perca o prazo. Repito o meu pedido para que V. Ex.^a, presidente, acate também a votação do projeto dos adesivos. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Pedido acatado. Só para esclarecimento, digo que, quando o vereador pede vista, tem todo o direito de pegar o projeto na hora. O seu pedido de vista já tem vinte dias, e alguma coisa há de falha. V. Ex.^a poderia ter acesso ao projeto na hora ou mesmo a sua assessoria, no outro dia. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Quem tem que mandar é a mesa. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — O pedido de vista é automático, vereador. Quando eu acato o pedido de vista é porque já estou autorizando o seu acesso à matéria. / **Fabrício Ferreira Soares:** — Quero defender aqui a votação hoje do projeto dos jazigos primeiramente porque esse pedido de vista já tem muito tempo, além de que isso trancará a possibilidade do acordo que fizemos na reunião. A derrubada do pedido de informação do Vereador Luisinho se dará simplesmente porque, se o acatarmos, não poderemos votar o projeto, conforme acordado naquela reunião de hoje. Combinamos sim votar o Código de Posturas, com suas emendas, e também o projeto dos jazigos hoje. Se aprovarmos o seu pedido de informação, trancaremos a pauta e teremos que deixar para outro dia a aprovação dessa matéria, cujo prazo está estourado, com o Ministério Público envolvido, inclusive com ampla discussão por parte da sociedade. Encaminho a votação para que seja derrubado o requerimento do vereador. / **José Carlos Amaral:** — Para que fique registrado em ata, peço o meu desligamento de todas as comissões da Câmara, pois não posso ficar num lugar onde estão à margem da lei. Lei é para ser cumprida, assim como o Regimento Interno, e eu não sou moleque para participar de encontro onde são compostas as comissões, aceitar fazer um calendário meu para as reuniões e não ser chamado para elas. Sinto-me na obrigação de me afastar para ter o direito de, lá fora, me pronunciar e dizer o que preciso. Aqui não posso dizer o que quero, mas lá fora sim, e quem quiser que entre com um processo contra mim. Não direi da tribuna, porque quero que alguém tenha peito para me processar lá fora. Eu não desejo a imunidade e direi o que quero nas rádios. Podem divulgar nos jornais que eu renunciei aos cargos das comissões, porque as leis não são cumpridas na Câmara. As comissões têm que dar os pareceres, e cercearam o meu direito quanto a isso. O que será votado não consta da pauta, e isso me deixa a cavaleiro. Precisa vir gente da prefeitura aqui colocar pressão para que as matérias sejam votadas? Fomos eleitos pelo povo, e não pelo prefeito. Estranha-me a postura de certos companheiros que, ontem, estavam entrincheirados comigo em benefício da verdade para cumprirmos a lei e fazermos uma Câmara de paz. Aí, de um dia para o outro, a coisa muda? Na semana que vem, direi aqui nomes, e isso vai desagradar alguns. Será que é porque partidos políticos receberam

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

41

cargos? Será que colocaram familiares na prefeitura? Direi isso aqui e também na imprensa, mas, agora, estou dando apenas um flash. Não tenho como protocolar agora o meu pedido de renúncia das comissões, porque a xerox não está funcionando, mas adianto que, a partir deste momento, eu me retiro, porque no jornal da pauta não consta nada para votar, e o que havia para entrar em votação já entrou. Vou me retirar para não dizer coisas que desagradem aqui, prefiro desagrar lá de fora para deixar mais à vontade aqueles que quiserem me processar. Aí, estarei diante do Ministério Público e da Justiça, dizendo o que precisa ser dito e com provas. Retiro-me, porque estou amparado, já que não há nada em pauta. O que não está na pauta do dia não tem validade, mesmo com o plenário sendo soberano, já que as comissões não deram parecer. O Vereador Wilson disse aqui que acompanhou o projeto, e eu gostaria de perguntar quantas emendas existem. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Cinquenta e poucas. / **José Carlos Amaral:** — Isso quer dizer que o projeto que foi preparado e acompanhado, num trabalho desgastante para vários vereadores e assessores, não saiu correto. Ora, são cinquenta emendas e, se formos procurar, haverá mais cinquenta delas a serem feitas. Eu não posso concordar que tenha sido feito um projeto acompanhado para que ficasse transparente perante a sociedade e, mesmo assim, ainda sejam apresentadas cinquenta emendas. Algo está errado. Se estou me pronunciando de maneira errada, que me crucifiquem, mas é esse o meu questionamento. Foram cinquenta erros já identificados pelos vereadores e corrigidos, através de emendas. É correto? Está certo? É moral? É legal? Eu não posso aceitar isso. Aqueles que têm o saco roxo se preparem para me processarem, pois direi quem recebeu cargos e quem empregou parentes. Eu, graças a Deus, nunca tive. A minha mulher e a minha filha foram secretárias, e, Vereador Fabrício, não entre em discussão comigo, porque V. Ex.^a nem poderia estar aqui, já que tem dupla filiação partidária. Se o juiz de Cachoeiro jogasse certo, V. Ex.^a já estaria no olho da rua, e a Neuza aqui. Não conversa muito, não, que vou futucar isso. / **Elias de Souza:** — Vereador Amaral, já é prática sua ir embora em todas as sessões mesmo, isso é normal. Quero rapidamente me dirigir ao companheiro Luisinho, de forma muito respeitosa, porque houve realmente a conversa entre os vereadores lá dentro, e V. Ex.^a não estava. Já estive vereador igual a V. Ex.^a no outro mandato e sei como sofremos quando um projeto ou um pedido de informação é rejeitado. Sabemos que o parlamento é exatamente isso, e V. Ex.^a tem mais experiência do que eu aqui. A nossa ideia não é chegar aqui e causar um constrangimento, pedindo aos colegas que votem contra o seu requerimento. Já adianto que a informação chegará a V. Ex.^a do mesmo jeito; por isso, pedi o destaque, de maneira a abriremos regimentalmente o espaço para a votação do projeto, que é importante para o povo de Cachoeiro de Itapemirim. V. Ex.^a teve vários dias para analisar e obter essas informações, inclusive dentro do pedido de vista. Eu não me lembro se o Vereador Dilleme estava aqui quando foi implantado aquele cemitério, sendo a criação do mesmo muito polêmica, tendo gerado esse problema, que caiu no colo do atual prefeito e precisa ser resolvido hoje. Há quase vinte anos esse problema vem se arrastando. São exatamente dezoito anos. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — A ação popular em relação a isso é de 1991. / **Elias de Souza:** — A questão é mais grave do que se pensa, e já chegou o momento de entregar isso nas mãos de quem é de direito. O prefeito assinou um TAC, responsabilizando-se a enviar a lei para esta Casa e regularizar algo que estava há anos

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

42

irregular, o que não justifica esperarmos mais trinta dias, sendo que o requerimento do Vereador Luisinho traria a votação. Fica aqui o meu pedido para que, neste momento, rejeitemos o requerimento do colega. Quanto ao projeto que institui o plano de cargos e salários da Agersa, temos urgência, inclusive a matéria já está com todos os pareceres. O procurador apontou irregularidades, que foram sanadas com emendas importantes. Para não ficarmos protelando a votação, peço ao presidente que seja incluído na pauta do dia mais esse projeto, pois a Agersa precisa regularizar a situação daqueles servidores. / **Jonas Nogueira Dias Júnior, levantando questão de ordem:** — Antes de o presidente se manifestar, gostaria de dizer que o processo de votação se iniciou, com a aprovação dos requerimentos, e não pode ser a qualquer momento incluído um projeto para votação. Isso fere o Regimento Interno que nós mesmos devemos respeitar nesta Casa. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Com certeza. Vamos votar esse projeto na semana que vem, porque, dentro da legalidade, ele não pode ser incluído agora. / **Luis Guimarães de Oliveira, levantando questão de ordem:** — Não retiro o requerimento, não. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Votando “não” ao requerimento, será mantida a votação do projeto. / **Luis Guimarães de Oliveira, levantando questão de ordem:** — O líder do prefeito disse que, se o requerimento for aprovado, o projeto ficará sem votar por mais trinta dias. Isso não é verdade, porque, se a resposta vier amanhã, na próxima semana, a matéria entrará em votação sem correria. / Posto em votação o **Requerimento 686/2015**, acima descrito, **foi rejeitado** por onze votos contra três do plenário, registrada a abstenção do Vereador David Alberto Lóss. **Votaram a favor:** Alexandre Bastos Rodrigues, Alexandre Valdo Maitan e Luis Guimarães de Oliveira. **Votaram contra:** Brás Zagotto, Carlos Renato Lino, Delandi Pereira Macedo, Elias de Souza, Fabrício Ferreira Soares, Jonas Nogueira Dias Júnior, Leonardo Pacheco Pontes, Lucas Moulais, Osmar da Silva, Rodrigo Pereira Costa e Wilson Dille dos Santos. / **Segue justificativa de voto.** / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Quero agradecer aos Vereadores Alexandre Bastos e Alexandre Maitan e também a consciência do companheiro David Lóss. Na verdade, agradeço a todos e deixo por conta da resposta que o povo vai dar. / **Brás Zagotto, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, solicito que os projetos de denominação de ruas e escolas e os de decreto legislativo sejam apreciados em bloco. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acatado. / Na sequência, **foram aprovados**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **os seguintes Projetos de Lei: 76/2015 – David Alberto Lóss** (Dispõe sobre denominação de via pública); **79/2015 – Poder Executivo** (Cria Escola Municipal de Educação Básica no Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências – EMEB Padre Jefferson Luis de Magalhães, no Bairro Boa Vista); **91/2015 Poder Executivo** (Cria Escola Municipal de Educação Básica no Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências – EMEB Professora Ariette Moulin Costa, no Bairro São Lucas); **de Decreto Legislativo: concedendo Comenda Angélica Francisca Calazans Turini:** 71/2015 – Wilson Dille dos Santos, 72/2015 – Delandi Pereira Macedo, 74/2015 – Lucas Moulais, 75/2015 – Fabrício Ferreira Soares e 82/2015 – Rodrigo Pereira Costa; **concedendo Comenda Antônio Pimentel de Jesus:** 73/2015 – Delandi Pereira Macedo, 76/2015 – Lucas Moulais e 77/2015 – Fabrício Ferreira Soares; **concedendo Comenda Manoel Domingos Carletto:** 78/2015 – Delandi Pereira Macedo, 79/2015 – Luis Guimarães de Oliveira e

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

43

81/2015 – Rodrigo Pereira Costa; *concedendo Comenda Batistinha*: 80/2015 – Rodrigo Pereira Costa e 83/2015 – Luis Guimarães de Oliveira. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Como o procurador está dizendo, vereador que não participa da votação é considerado ausente, e nós vamos rever essa questão. / **Luis Guimarães de Oliveira, levantando questão de ordem**: — Ouvi o que o procurador disse, mas que isso seja justo e igual para todos, e não só para o colega Amaral. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Com certeza. O que der para um dará para outro. / **Luis Guimarães de Oliveira, levantando questão de ordem**: — Dr. Gustavo, quero tirar uma dúvida quanto ao que diz a lei trabalhista. Tem gente que se diz doente, e a responsabilidade é do médico, que dá o atestado. A lei trabalhista nos dá quinze dias; depois disso, a pessoa fica pelo INSS, e, dentro desse prazo, não é a toda hora que se pode pegar atestado médico, não. Quero que, na hora de levantar as ausências, sejam verificados esses atestados médicos. / Dando continuidade, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 57/2015 – Poder Executivo** (Autoriza o Poder Executivo a devolver a titularidade de lotes e jazigos no Cachoeiro Cemitério Parque e pôr fim a contratos de cessão de direito a eles referentes, e dá outras providências). / **Jonas Nogueira Dias Júnior**: — Esse projeto está na Casa há algum tempo, e eu fui pressionado pelo líder do governo, Vereador Elias de Souza, o qual me acusou de me manifestar como oposição aqui. Não me posiciono dessa forma, pois, se assim fosse, certamente eu conseguiria causar alguns transtornos mais. Estou sendo leal ao meu partido e também ao governo, mas, quando tomei posse, deixei claro que não seria subserviente e não me ajoelharia, a não ser que seja diante do Deus dos Exércitos. Não me ajoelho diante de ninguém, e que ninguém venha me enquadrar, não. Respeito a autoridade do presidente do partido, sei que temos um vice-prefeito e um secretário e que sou da base aliada; porém, não se pode falar com arrogância com um vereador. Ora, se ele está aqui e teve votos, eu também tive e não posso ser tratado dessa forma, sendo ameaçado, com ele dizendo que vou ver e que tem que ser assim, porque é governo. Eu manifesto a minha indignação quanto ao comportamento do Vereador Elias de Souza, porque nunca fui tratado assim por nenhum membro do governo, pelo prefeito nem mesmo pelo articulador. Foi combinado que o projeto da Agersa ficaria para a próxima semana e, de repente, pediu-se a votação do mesmo. Aí, quando eu me manifesto, sou repreendido. Ninguém vai colocar mordaca em mim, não! Digo isso, com todo o respeito aos senhores e ao Prefeito Casteglione, que é um homem ao qual admiro. Sei que ele tem dificuldades para governar e merece o meu respeito, mas não aceito que ninguém me enquadre dessa forma, não. Pode ser até que este seja o meu último discurso devido à forma como estou me pronunciando aqui. Provavelmente, isso vai ser levado até ele, de maneira a mostrar que eu pareça mais oposição, quando isso não é verdade. O povo vai me ouvir e saberá que eu votei aquilo que é justo e bom para ele e, se para isso eu tivesse que ser contra o governo e o partido, seria. Apresentei emendas ao Código de Posturas, mas não aceito esse tratamento. Como este pode ser o meu último discurso aqui, quero agradecer a todos pelo tratamento que recebi e digo que continuarei a minha trajetória política, ainda que não tenha mais este mandato, já que sou suplente de vereador. Vocês hão de me ver no cenário político, seja concorrendo a cargos do Poder Executivo, do Legislativo ou de qual forma for, porque quero representar o povo, e os anjos do Senhor acampam ao redor daqueles que o temem e os

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

livra de todo tipo de pressão e injustiça. Vereador Luisinho Tereré, eu vou responder a todas as perguntas que o senhor fez naquele requerimento, pois tive o cuidado de levantar dados referentes a esse projeto do cemitério, que está respaldado no Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 2014, com prazo para o envio da matéria à Câmara para aprovação. Agora, como bem disse o vereador, o prefeito assumiu o compromisso de enviar o projeto para a Câmara, mas se vai ser aprovado ou não é algo que ele não pode assumir no TAC, porque a votação cabe aos vereadores, que são de um poder independente e votam da forma que quiserem. Foi feita a Lei 3.382/91, autorizando o Município a adquirir duzentos jazigos lá no Cemitério Parque para doar a pessoas carentes; posteriormente, em 1995, aprovou-se a Lei 4.077 com alteração, porque era dado o jazigo para duas famílias distintas; depois, em 1997, houve a Lei 4.390, estabelecendo que a taxa de manutenção, que até então ficava a cargo da família que recebeu a doação, passava a ser de responsabilidade do Município. Aí, em 2000, a prefeitura foi autorizada a receber cem jazigos como pagamento de créditos tributários. Além de ter dado duzentos jazigos, recebeu mais cem. É mais ou menos assim: você me deve 100 mil reais e me dá o seu apartamento; anos depois, eu o devolvo a você. Tem acompanhamento do Ministério Público? Sim, houve o TAC, o que está vinculado a uma ação popular, ajuizada em 1991, visando o cancelamento daquela autorização de compra dos duzentos lotes. / **Aparteando Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Eu não sei se o Vereador Wilson participou, mas o Vereador Amaral sim e foi condenado por conta dessa situação. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Essa ação popular ainda não chegou ao final, e realmente foram requeridos o Renê Empreendimentos, o Município de Cachoeiro de Itapemirim e vários vereadores, entre os quais estão o Amaral e o Wilson. Isso está citado no projeto e também no Termo de Ajuste de Conduta. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Espero que o senhor diga aos vereadores novos por que esses companheiros estão sendo citados no processo. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Eu não apurei e não posso responder o porquê disso. Quando o cidadão entrou com essa ação popular, ele o fez contra todas as pessoas que entendia serem responsáveis por isso. Temos trezentos jazigos, dos quais duzentos e cinquenta e quatro estão ocupados e quarenta e seis vagos. O Município comunicará a todas essas famílias que, num prazo de vinte e quatro meses, poderão comprar os jazigos, que passaram a ser do Renê, ou, então, pedir a remoção dos restos mortais de seus entes queridos para outro cemitério, o que será providenciado pelo Município. Parece que há uma ressalva de que o eventual custo de uma urna ficará para o cidadão. O cemitério abrirá o jazigo, e o Município transportará os restos mortais até o cemitério que for indicado, mas o invólucro ficará a cargo do cidadão. O cidadão que não responder dentro dos trâmites previstos terá os restos mortais de seu ente querido removidos para o cemitério municipal, onde há uma guarda de ossos, cujo termo técnico não me recordo. Por que está sendo feito esse ajuste de conduta? Porque o Município tem uma dívida, uma vez que havia o compromisso de pagar esse valor da anuidade, o que não fez durante anos. A dívida acumulada é de 476 mil reais. O Cemitério Parque, por sua vez, tinha uma dívida com o Município em torno de 100 mil reais. O Município deve 476 mil reais e tem a receber 100 mil reais; assim, será feito o encontro de contas para pôr fim à ação popular, que tramita desde 1991 sem solução. Isso está sendo acompanhado pelo Ministério Público, com um TAC, enfim, eu não te pago e você não me

44

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

45

paga. Isso quer dizer que o Renê tem um crédito de 376 mil reais para receber e pegará de volta trezentos jazigos. Estive lá, liguei, mandei assessor e vi que o cemitério tem várias alas: rosa, jasmim e orquídea, inclusive a da prefeitura está perto de duas dessas alas. As alas jasmim e rosa têm os jazigos vendidos por 6 mil e 200 reais. Então, não vejo nenhum prejuízo financeiro para o Município, mas foi um grande negócio para o empresário, que pegará trezentos jazigos por um mil e poucos reais e os venderá por 3, 4 ou 5 mil reais, porque eles estão mais ao fundo. Ganhando 3 mil reais em cada um deles já estará uma beleza, pois será 1 milhão de reais, um excelente negócio para o empreendimento. Não serei leviano em dizer que o Município está levando prejuízo, pois ele se livrará da obrigatoriedade de pagar a taxa de manutenção, com a ressalva de que temos problemas de vagas nos cemitérios e aprovamos até urgentemente a compra de uma área com essa finalidade. Inclusive foi relatado aqui o caso de pessoas que não tinham onde enterrar seus entes queridos. Eu tenho que entender o contexto que envolve esse projeto, ainda que vote a favor, para esclarecer aqueles que me elegeram sobre o que está acontecendo. Ao meu ver, o Município não perde dinheiro, mas deixa de ter jazigos para atender famílias carentes, demanda essa que será coberta com um novo cemitério. Esse é o meu entendimento e, se diferente fosse, eu também falaria sem a menor dificuldade, depois de ter levantado as informações. O que eu disse sobre o contexto do projeto praticamente responde as indagações contidas no requerimento do Vereador Luisinho. A família terá o direito de escolher para onde levar os restos mortais e, se não fizer isso, eles serão levados para o ossário. Tenho todos os esclarecimentos sobre o projeto, inclusive as leis, e votarei com muita consciência, apesar de ter sido acusado pelo líder do governo, Vereador Elias de Souza, de ser da oposição. Serei leal ao governo e ao partido por entender também que o projeto não prejudica as famílias, já que será dado um prazo de vinte e quatro meses para se adequarem, e a questão não será tratada de qualquer maneira. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Quero agradecer a V. Ex.^a pelos esclarecimentos, embora, junto com o Vereador David Lóss, tenhamos também estudado essa questão. Só não ficou claro, porque não fixaram quem seria responsável pela aquisição dessa nova urna, caso haja necessidade de transferência. Eu acho que isso não deve ficar a cargo da família. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Está claro sim. Havendo interesse de familiares ou responsáveis pelos de cujus em realizar a exumação dos restos mortais dos sepultados e traslado do Cemitério Parque para outro cemitério, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos as providências necessárias para isso, vedada qualquer tipo de cobrança. Ao meu ver, está criada essa obrigação para o Município, mas estamos falando de duzentas e cinquenta e quatro covas, o que não gerará um gasto excessivo para a prefeitura, será uma logística fácil. O parágrafo 1º do artigo 8º do projeto diz que caberá ao Renê Empreendimentos Imobiliários a responsabilidade pela abertura do jazigo para fins de exumação, e, para efeito do disposto neste artigo, os responsáveis familiares deverão formalizar um pedido, através de requerimento endereçado à administração municipal, com a indicação do sepultado e do local do sepultamento. Eu li em algum lugar, mas não estou identificando aqui, que haveria algo nesse sentido. / **Aparteando Alexandre Bastos Rodrigues:** — Diz alguma coisa aí se a família interessada em adquirir o jazigo terá um preço diferenciado? / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Não. É claro que, na minha visão, o Município não pode colocar isso à venda. Se

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

46

fosse um produto para ser vendido, eu diria que o Município poderia colocá-lo no mercado para arrecadar 1 milhão e meio de reais, pagar 300 mil reais de dívida e ainda ficar com 1 milhão e 200 mil reais em caixa. Não vejo, diante das dificuldades, como atribuir ao Município a função de ficar vendendo esses jazigos. Em resumo: é um grande negócio para o empreendedor, para o Município é indiferente, e as famílias terão todas essas oportunidades. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Vão pagar só a manutenção. É a mensalidade anual. Isso está no parágrafo 5º do TAC. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Não é, não. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Não se pode cobrar por um jazigo 6, 7 mil reais. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — O artigo 7º diz: “Caso as famílias dos de cujus manifestem interesse em adquirir o lote do jazigo já em utilização nas dependências do Cemitério Parque, deverão ser orientadas a se dirigir à Empresa Renê Empreendimentos Imobiliários para as providências de aquisição do bem e da responsabilidade quanto aos valores anuais relativos à manutenção”, ou seja, vão ter que pagar a manutenção anual, mas, para isso, terão que comprar os jazigos. Isso está claro no texto desse artigo. Eu só estou esclarecendo, e não falando contra o projeto do governo. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Vão ter que pagar. Estou avisando, e os senhores não estão acreditando. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Os restos mortais só permanecerão lá se a família adquirir o jazigo do Renê, e, além disso, terão que pagar a anuidade. Ou compram ou retiram os restos mortais e levam para outro cemitério, sendo que o Município é quem cuidará disso. Se após as três notificações a família não se manifestar, a prefeitura vai retirar os restos mortais e depositar no ossário geral do Município. Que esteja claro tudo isso na hora de votar. / **Delandi Pereira Macedo:** — Senhor presidente, V. Ex.^a falou em fazer uma emenda, e eu acho que o caminho mais viável é esse, porque não podemos permitir que os familiares das pessoas sepultadas lá paguem qualquer valor referente àqueles jazigos. São pessoas de baixa renda; portanto, sou favorável a uma emenda para isentá-las desse pagamento e que arquem com a manutenção daqui para a frente. Estou fazendo oficialmente um pedido para que seja preparada essa emenda, impedindo, em hipótese alguma, qualquer tipo de cobrança ao cidadão que recebeu esse jazigo e tem alguém enterrado lá. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Isso não se amolda ao Termo de Ajuste de Conduta, e é preciso ter cuidado. / **Brás Zagotto:** — Senhor presidente, pelo que vimos da explicação do Vereador Jonas sobre o projeto, vai ficar uma média de 1 mil reais por cova e jazigo. Trezentas covas sairão a 300 mil reais. Por que não fazemos uma emenda, estabelecendo o valor de 1 mil reais para quem tiver a cova poder pagar em vinte e quatro vezes, com parcelas de menos de 50 reais mensais. Esse valor qualquer um pode pagar, e o projeto não voltará depois. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — O Termo de Ajuste de Conduta não diz isso, e a própria empresa poderá se negar a aceitar, já que não foi o que ela assinou. / **Brás Zagotto:** — Do outro jeito que vai ser feito é que não passará, porque a empresa não vai aceitar só o pagamento da manutenção mensal. A minha proposta é esse valor, e vejo que todo mundo pode pagar isso. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — A Câmara, com seus vereadores, já tomou ciência dessa situação e está preparando uma emenda, que será assinada por todos nós, regularizando isso. / **Brás Zagotto:** — Será cobrada só a manutenção? / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Só a manutenção. Na época em que foram doados, vamos dizer que os terrenos custaram 100 reais,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

47

e hoje já estão em 100 mil reais. Eles foram doados para gente pobre, e o erro partiu lá de trás, pois não poderiam fazer campanha com isso. Vamos fazer a emenda para os vereadores ficarem respaldados em lei, visto que a cobrança tem que ser, a partir de agora, só referente à manutenção. / **Wilson Dilem dos Santos, levantando questão de ordem:** — Peço à redatora que faça constar em ata, em letras garrafais, a fala do presidente da Casa com relação ao posicionamento dos vereadores como um todo quanto a esse projeto. Quase todos os vereadores já se manifestaram a favor da emenda, melhor dizendo, todos, não sendo uma sugestão individual. É uma decisão unânime da Câmara Municipal, conforme a fala do presidente. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — A emenda terá a assinatura de todos os vereadores. / **Brás Zagotto:** — Vou votar e assinarei a emenda, mas vejo que voltaremos à estaca zero e não conseguiremos resolver muita coisa, não. Isso será briga para muito tempo. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Há um acordo entre todos os vereadores da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim para a retirada do projeto. Eu, como presidente, diante da dúvida que está havendo, vou retirar o projeto para o estudarmos melhor, inclusive apresentaremos emenda. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — O meu requerimento era justamente para sanar essa dúvida e foi por isso que pedi uma semana, tempo necessário para a chegada das informações. Eu já sabia dessas dificuldades. Olhem a nossa responsabilidade! Sou responsável por aquilo que faço e não ajo brincando com ninguém nem para prejudicar a prefeitura, e sim com o objetivo de sanar dúvidas, pois esta Casa de Leis não pode ficar à mercê do Poder Executivo. Se votarmos esse projeto errado, isso vai cair no colo dos vereadores, nas nossas costas. A população de duzentas e poucas mil pessoas não vai ficar achando que votamos para favorecer ninguém, e sim que prejudicamos. Vou protocolar novamente o meu pedido de informação. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Farei a defesa do Poder Executivo, porque, se esse projeto está em discussão hoje, é devido a erro do passado, quando não era para terem feito isso. Não quero fazer julgamento do Poder Legislativo, mas está subentendido que isso foi doação de lotes. / **David Alberto Lóss:** — O TAC teve a participação das três partes – Ministério Público, prefeitura e Renê Empreendimentos, representado por alguém. Quem representou a prefeitura nesse TAC? Temos que chamar de volta esse promotor, porque isso é um nó górdio. Como o Legislativo vai resolver essa questão? Vai entregar ao Renê esses lotes, que chegam a 1 milhão e 300 mil reais, pois, se a prefeitura ficar com eles, será pior para ela? Eu não sei o que fazer. / A seguir, **foi aprovado**, por treze votos contra dois do plenário, **o Projeto de Lei 03/2015 – Poder Executivo** (Institui o Código de Posturas e de Atividades Urbanas do Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências), * *com as seguintes Emendas: de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Redação: Modificativas: aos artigos 77, 97, ao parágrafo 1º do artigo 123, aos artigos 226, 257, 261 e 264; Aditiva: acrescenta parágrafo único ao artigo 247; Supressiva: aos parágrafos 1º e 2º do artigo 261; de iniciativa do Vereador Delandi Pereira Macedo: Aditiva ao artigo 215, Modificativa ao artigo 220, Modificativa ao artigo 222, Modificativa ao artigo 214 e Aditiva ao artigo 214; de iniciativa do Vereador Jonas Nogueira Dias Júnior: Supressiva ao artigo 77, Aditiva ao artigo 16, Modificativa ao artigo 206, Modificativa à alínea D do inciso III do artigo 312, Modificativa ao inciso I do artigo 326, Supressiva ao artigo 97, Modificativa ao inciso III do artigo 111, Modificativa ao*

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

48

artigo 148, Modificativa ao artigo 160, Modificativa ao artigo 169, Supressiva ao artigo 214, Supressiva ao artigo 215, Supressiva ao artigo 216, Supressiva ao artigo 217, Supressiva ao artigo 222, Supressiva ao artigo 225, Modificativa ao artigo 227, Modificativa ao inciso V do artigo 250, Supressiva ao inciso III do artigo 272, Supressiva ao parágrafo 4º do artigo 274, Supressiva ao parágrafo único do artigo 286, Modificativa ao artigo 301, Modificativa ao parágrafo 4º do artigo 304, Modificativa ao caput e ao inciso II do artigo 323, Modificativa ao artigo 325, Modificativa ao artigo 328, Modificativa ao artigo 330, Modificativa ao artigo 338, Modificativa ao artigo 339, Modificativa ao caput do artigo 15, Modificativa aos parágrafos 2º e 4º do artigo 331, Supressiva ao artigo 220, Supressiva ao artigo 254, Supressiva ao artigo 282, Supressiva ao artigo 11, Modificativa ao parágrafo único do artigo 11, Modificativa ao artigo 21, Modificativa ao caput do artigo 22, Aditiva ao artigo 24, Modificativa ao artigo 27, Modificativa ao artigo 67, Modificativa ao artigo 66, Modificativa ao caput e ao parágrafo 1º do artigo 65, Modificativa ao artigo 55, Modificativa ao inciso VIII do artigo 71, Modificativa ao artigo 92, Supressiva ao artigo 154, Aditiva ao artigo 56 e Modificativa ao artigo 344; *de iniciativa do Vereador Ely Escarpini*: Modificativa ao inciso IV do artigo 24, Aditiva ao artigo 323, Acrescenta artigo ao título XXII capítulo II e Aditiva ao artigo 318; *de iniciativa do Vereador Fabrício Ferreira Soares*: Aditiva ao parágrafo 1º do artigo 35. **Votaram a favor**: Alexandre Bastos Rodrigues, Brás Zagotto, Carlos Renato Lino, David Alberto Lóss, Delandi Pereira Macedo, Elias de Souza, Fabrício Ferreira Soares, Jonas Nogueira Dias Júnior, Leonardo Pacheco Pontes, Lucas Moulais, Osmar da Silva, Rodrigo Pereira Costa e Wilson Dillem dos Santos. **Votaram contra**: Alexandre Valdo Maitan e Luis Guimarães de Oliveira. / **Luis Guimarães de Oliveira**: — Eu nem vou me justificar, porque treze é o número do azar. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Agora, atendendo ao pedido do colega Luisinho, colocaremos em apreciação o projeto de iniciativa dele, que retira o adesivo do estacionamento rotativo dos carros dos vereadores. Só o carro do presidente é que terá. Cada vereador tem hoje três adesivos. Eu não estou discutindo, vereador, e sim explicando. / Logo após, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 44/2015 – Luis Guimarães de Oliveira** (Altera a alínea “e” do inciso III, do parágrafo 2º do artigo 2º da Lei 3.972, de 10/10/1994). / **Luis Guimarães de Oliveira**: — V. Ex.^a não leu o projeto, e eu só estou fazendo o ajuste em uma palavra. Não estou prejudicando vereador nenhum e, mesmo que eu perca, continuarei a pagar o meu estacionamento sem questionar. Se o senhor ou outro vereador qualquer me mostrar uma lei ou resolução de sua iniciativa ou de outro presidente, provando que o vereador tem direito a esse adesivo, retiro o meu projeto. Só estou ajustando algo que não está previsto em lei. Mostre-me onde está, por exemplo, escrito que cada um dos dezenove vereadores tem direito a esses adesivos. A lei não diz isso. A Lei 3.972 institui o sistema de estacionamento rotativo de veículos na sede do Município. Em seu artigo 2º, inciso II, foi colocada a alínea “e” pelo ex-presidente ou por alguém, que diz o seguinte: “Veículos utilizados pelo Poder Legislativo”. Eu tenho dúvida, porque, ao lado de onde está escrito Poder Legislativo, consta 01, e pode até ser um erro de digitação, mas está na lei que foi votada dessa forma. É por isso que existe a Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Diz ainda: “Com identificação adesiva nos seguintes termos: Poder Legislativo de trânsito livre”. Aqui não está dizendo que é vereador, e a minha emenda está alterando,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

49

estabelecendo que serão veículos oficiais do Poder Legislativo, assim considerados aqueles de propriedade do Município. Eu vou votar a favor do meu projeto, pois não posso me favorecer, por estar vereador por um período, sem pagar o estacionamento, enquanto que os cidadãos cachoeirenses pagam. Se V. Ex.^a achar um caminho melhor, concordo que determine quem terá direito a isso. Hoje, há funcionário da Casa e ex-funcionários utilizando adesivos que nem existem mais. Quem fica mal com isso? O vereador, que é acusado de não trabalhar e é xingado por esposa ou amigo de outro vereador apenas por querer acabar com isso. Se tento andar direito, eu não presto? Não estou retirando nada, porque a lei não nos dá esse direito. O meu voto será “sim” ao projeto, e o resto está ótimo para mim. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Para começar, gostaria de explicar aos senhores vereadores que esse projeto é inconstitucional, pois ele deveria ter vindo do Poder Executivo para o Legislativo. O Legislativo não tem poder para fazer um projeto dessa forma, isso, segundo apontam os procuradores. O projeto existente fala sobre veículos utilizados pelo Poder Legislativo, e isso está amplo, porque o vereador desta Casa não tem gasolina e mal tem telefone, enfim, não tem nada. Os vereadores e seus assessores pegam seus carros e usam para o Poder Legislativo. Então, além do fato de o projeto ser inconstitucional, o vereador sai para fazer visitas e indicações e usa o seu próprio carro, assim como a sua assessoria, direito esse que será retirado, cancelando os três adesivos que os membros desta Casa têm, restando apenas os dos veículos oficiais da Câmara Municipal. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Se somos dezenove, por que precisamos ter três adesivos? / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Mesmo que eu quisesse fazer essa emenda não seria possível, porque isso não é prerrogativa do Poder Legislativo. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Eu não tirei nem uma linha da lei. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Mesmo assim, vereador, essa é uma prerrogativa do Poder Executivo. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Estou propondo isso com a melhor das intenções para mostrar que esta Casa é competente e trabalha pelo bem comum. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Vereador, eu gosto de defender esta Casa. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Eu também. Agora, V. Ex.^a, que dá o seu salário todo para as entidades, vai questionar o pagamento desses 2 reais? / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Eu já fiz isso, mas hoje não faço mais. Digo isso para que o senhor saiba. V. Ex.^a já teve o seu momento de se pronunciar e, agora, é o meu. A Câmara está vivendo um momento de transparência e, se são três, são três mesmo, e não é como no passado, onde havia dois mil adesivos. Hoje, são três adesivos para cada vereador. Se V. Ex.^a tem essa dúvida, leve-a até o Ministério Público e faça a acusação. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Não estou acusando V. Ex.^a, que está muito nervoso. Eu não estou entendendo o porquê disso. / **Fabício Ferreira Soares:** — Quero chamar a atenção para o Projeto de Lei 44/2015, dizendo que concordo com a retirada feita pelo Vereador Luisinho, primeiramente, porque um erro não justifica o outro. Não é porque o vereador não tem carro oficial, gasolina nem nada que vai poder estacionar seu veículo sem pagar o rotativo. Esse é o meu pensamento. Eu não uso o adesivo desde que o ganhei, porque os nossos carros são utilizados para outros fins, ou seja, vamos fazer compra no supermercado, paramos nas lojas para comprar artigos para a nossa família e também para o lazer. Já fui abordado por uma lojista e, quando disse que o carro era de vereador, ela gritou que era por isso mesmo que eu deveria pagar o

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

50

estacionamento. Até concordo com o Júlio diante do fato de não termos nada, mas não será um adesivo de carro que representará para nós grandes direitos. Sou favorável a que não tenhamos esses adesivos, e sim que aconteça aquilo que eu disse lá atrás ao Vereador Luisinho e acabei pedindo vista ao projeto e não fazendo, porque o primeiro passo seria transformar essa rua lateral da Câmara, a Barão de Itapemirim, em área de rotativo. Tem gente que coloca o carro aqui às 6:00 horas e o retira às 19:00, e essa rua vive lotada. Se essa rua servisse ao rotativo, aí sim o vereador poderia utilizar o estacionamento, visto que aqui é o seu local de trabalho. Eu seria a favor nesse caso, porque não temos estacionamento privativo aqui. Agora, com adesivo sem critério, pois não podemos dizer que é um, dois ou três, não concordo e vou votar a favor do projeto do Vereador Luisinho. Temos que dar exemplo para o povo e, se já demos vários, por que nos queimar por conta dessa bobeira aqui? / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Apesar disso, V. Ex.^a vai votar na inconstitucionalidade, conforme disse a procuradoria, pois é o Poder Executivo que tem que apresentar esse tipo de matéria. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — É inconstitucionalidade só quando a proposta parte dos que são contra; para os outros vale tudo. / Posto em votação o **Projeto de Lei 44/2015**, acima descrito, **foi rejeitado** por onze votos contra três do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Valdo Maitan, Fabrício Ferreira Soares e Luis Guimarães de Oliveira. **Votaram contra:** Brás Zagotto, Carlos Renato Lino, David Alberto Lóss, Delandi Pereira Macedo, Elias de Souza, Jonas Nogueira Dias Júnior, Leonardo Pacheco Pontes, Lucas Moulais, Osmar da Silva, Rodrigo Pereira Costa e Wilson Dillem dos Santos. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Vereador Fabrício, V. Ex.^a é meu amigo, mora dentro do meu coração, mas jamais poderemos pegar essa rua aqui, cobrar o estacionamento e, ao mesmo tempo, determinar que para o vereador seja de graça. Assim, a polêmica será bem maior. Esse é mais um toque que estou lhe dando. / **Seguem justificativas de voto.** / **David Alberto Lóss:** — Quero justificar que votei completamente errado, pois sou favorável ao projeto. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Não podemos determinar que essa rua seja estacionamento e permitir que carro de vereador sem adesivo estacione de graça. Isso vai gerar uma polêmica maior. / **David Alberto Lóss:** — Entrei na onda do Vereador Elias de Souza e acabei votando errado. Inclusive eu sempre paguei estacionamento, faço questão disso. O que eu gostaria é que realmente ocorresse a licitação, e acho que o promotor está demorando muito a agir sobre isso. Precisamos saber aonde vai esse dinheiro. Vereador tem que pagar mesmo pelo estacionamento. Por que não pagar, se todo mundo paga? / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Votei a favor, porque era esse o meu pensamento. Vereador Fabrício, esta Casa tem uma lei, e o Dr. Gustavo sabe do que estou falando, que trata de uma área de segurança. É simples assim, e não precisava nem ter o estacionamento, mas, caso fizesse, seria mais fácil. Dessa forma, o senhor não ficaria envergonhado, porque já é lei há muito tempo que essa área da Câmara é de segurança municipal. Ninguém o difamaria, como vai ocorrer agora com as pessoas dizendo que estamos nos favorecendo. Eu não quero adesivo e já o retirei há muito tempo. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Mas o senhor já usou adesivo. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Quando eu era um idiota usava. Estou falando sobre mim, que eu não pensava antes. Desculpem-me caso tenham entendido que eu me referi aos senhores. Senhor presidente, V. Ex.^a pode rir e brincar do jeito que for, mas a

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

51

Casa é séria. A minha intenção não foi ofender ninguém. O professor Léo mesmo disse aqui que os humildes, quando fazem greve, são baderneiros, e os bacanas estão reivindicando. Eu sempre tive a preocupação de as pessoas quebrarem o meu carro, porque, como estão revoltadas com os políticos, poderiam olhar o adesivo e arranhar o veículo. Assim, retirei o adesivo há muito tempo e, depois, entendi que não seria justo mantê-lo, já que sempre que eu parava no estacionamento as moças e os rapazes que trabalham nesse serviço me pediam para mostrar a identidade. Eu achava isso ruim e que era muito melhor pagar os 2 reais. Quando busquei a lei e vi que vereador não tem direito a isso, resolvi fazer o projeto para podermos acordar para essa realidade. Fiz o projeto, ele não passou, e isso é democracia, é legal. Respeito o voto dos senhores, mas quero lembrar que essa é uma área de segurança municipal. Sou apenas um simples vereador e estou dando esse alerta. / **David Alberto Lóss:** — Senhor presidente, gostaria que constasse em ata que eu lamento o fato de o Vereador Amaral ter perdido uma oportunidade de ouro de assistir a um debate acirrado e forte nesta Casa. O debate foi excelente, e a Câmara precisa ser assim mesmo, ou seja, quente. / **Delandi Pereira Macedo:** — Votei contra o projeto do Vereador Luisinho e a favor que os vereadores façam uso do adesivo, considerando o trabalho que desenvolvemos. Não somos só vereadores enquanto estamos aqui na Câmara, e sim vinte e quatro horas, pois onde vamos recebemos demandas e diuturnamente paramos num lugar ou em outro. Às vezes, tenho dificuldade de não ter no bolso o dinheiro trocado para pagar o estacionamento, assim como deve ocorrer com os companheiros, sendo que estamos a serviço do Município. Faço uso do meu adesivo com muita consciência e tranquilidade. Votei a favor por conta do nosso trabalho de vinte e quatro horas em prol da população do Município, sendo esse um dos únicos direitos que ainda temos. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Esses adesivos foram entregues em número de três para cada vereador e, se pessoas que não são do Legislativo utilizam, cabe denunciar, inclusive me entreguem os nomes. Ora, de David Lóss para cá esta Câmara passou a ser transparente. Defendo o ex-presidente David, que é um homem sério, e, sem querer me promover, digo que tudo o que está sendo feito aqui é com transparência. Os três adesivos são para serem usados pelo vereador e seus assessores, porque, como disse o companheiro Delandi, não se trabalha um dia só. O vereador vai aos bairros, prepara requerimento e realiza um trabalho completo. Repito que todos os dispositivos que a Câmara tem para que haja transparência foram implantados de David Lóss até Júlio Ferrare, porque o passado é negro. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Só para ajudar na colocação de V. Ex.^a, a qual achei a mais importante até agora, digo-lhe que não sou contra a que o vereador use o adesivo, só não concordo com a quantidade deles que há na rua. Eu não disse que foi V. Ex.^a quem os concedeu, e sim que é uma coisa antiga. V. Ex.^a disse que é só levar até o senhor os nomes que tomará providência, mas penso que, para isso, é preciso haver uma lei. Assim, sugiro que faça um decreto, estabelecendo que cada vereador tem direito a três adesivos. Não temos nada que nos assegure esse direito. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Isso cabe ao Poder Executivo fazer. O projeto precisa vir de lá para cá. Inclusive essa situação está sendo estudada pelo Ministério Público, pela prefeitura e pelo Hospital Infantil. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Enquanto não sai essa regulamentação, por que não param de usar esses adesivos? Parem de usar isso, vereadores, é feio! / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”

